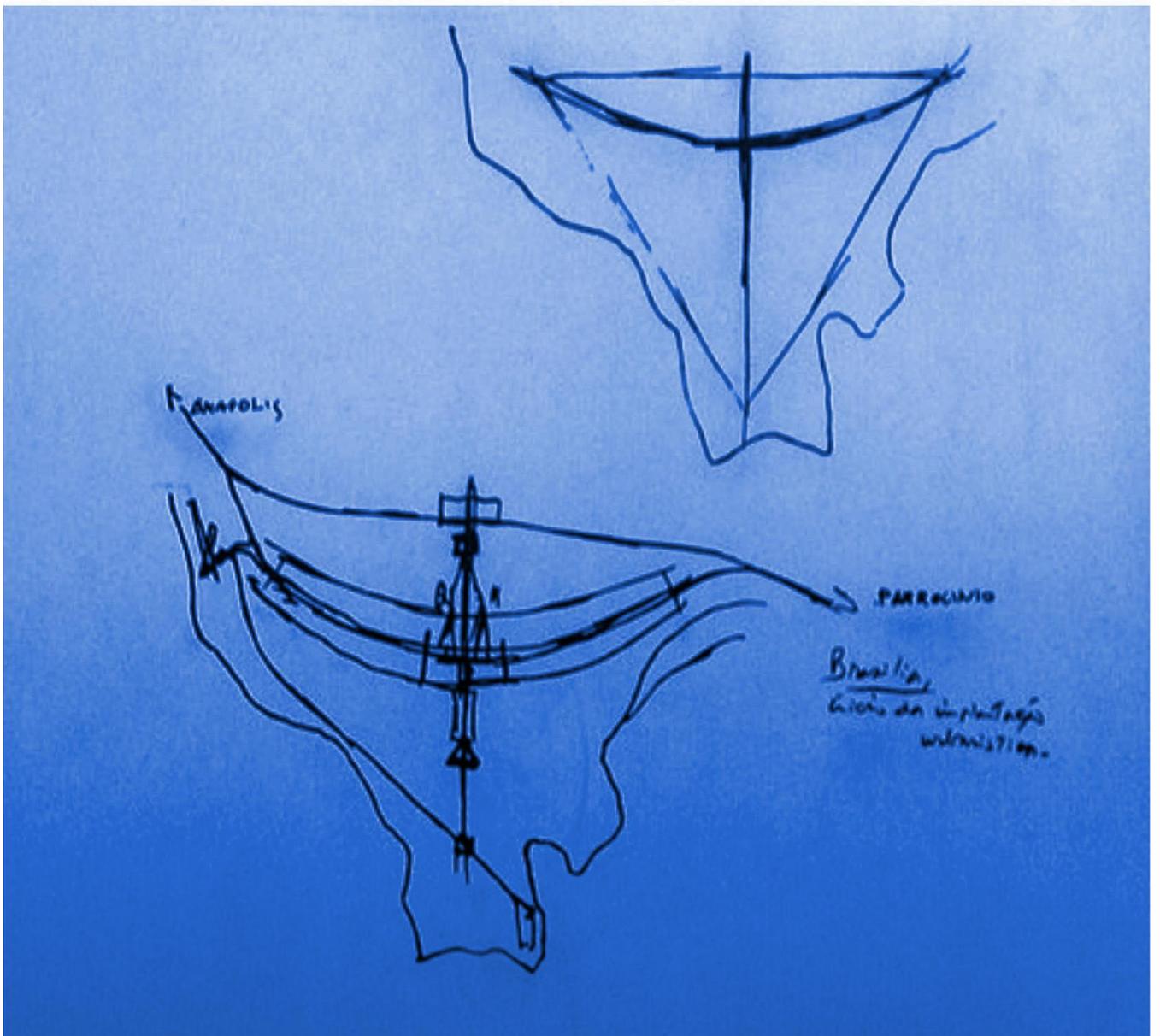


Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília



Carta da criação da Universidade de Brasília

“Na deliberação de trasladar a Capital da República para o Planalto Central, estava já implícito este ato de criação da Universidade de Brasília, órgão complementar indispensável para dar sentido espiritual e assegurar a autonomia cultural ao conjunto de instituições que compõem a cidade-capital. Não se tratava apenas de acrescentar uma universidade mais às que já temos e nos esforçamos por ampliar e aprimorar. O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação das oportunidades de educação asseguradas à juventude. É que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no país, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas e dos técnicos, capazes de empreenderem a exploração racional do imenso patrimônio de recursos de que somos herdeiros, para colocá-los ao serviço do desenvolvimento nacional. E é, sobretudo, que constitua o centro cultural de Brasília, dotado da necessária criatividade para que essa cidade seja capaz de imprimir aos empreendimentos nacionais que aqui se conceberão, o mesmo espírito inovador e o mesmo padrão de excelência que presidiram ao seu planejamento”.

(Palavras do Presidente do Brasil, João Goulart, ao sancionar a Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que instituiu a Fundação Universidade de Brasília (Brasil, 1961)).

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Versão revista pela Comissão constituída para reorganizar o Projeto Político Pedagógico Institucional, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) em 7/3/2013, de modo a, se necessário, atualizá-lo e adequá-lo à legislação vigente, para fins de submissão ao CONSUNI (RESOLUÇÃO DA REITORIA N. 0069/2017, 9 de maio de 2017).

Brasília, março de 2018.

Reitora

Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor

Enrique Huelva Unternbäumen

Decana de Administração

Maria Lucília dos Santos

Decano de Assuntos Comunitários

André Luiz Teixeira Reis

Decano de Ensino de Graduação

Sergio Antônio Andrade de Freitas

Decana de Extensão

Olgamir Amância Ferreira

Decano de Gestão de Pessoas

Carlos Vieira Mota

Decana de Pesquisa e Inovação

Maria Emília Machado Telles Walter

Decana de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional

Denise Imbroisi

Decana de Pós-Graduação

Helena Eri Shimizu

Ficha Técnica

Comissão Geral de Elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília (2009-2011)

Prof.^a Márcia Abrahão Moura (DEG), presidente
Prof.^a Denise Imbroisi (DEG), vice-presidente
Prof.^a Cristina Massot Madeira Coelho (DEG)
Prof.^a Nina Paula Ferreira Laranjeira (DEG/FUP)
Prof.^a Ilma Passos Alencastro Veiga (FE)
Prof.^a Silene Paulino Lozzi (IB)
Prof.^a Mariana de Senzi Zancul (IB)
Prof.^a Maria de Fátima M. A. Santos (IB)
Prof.^a Anamélia Lorenzetti Bocca (IB)
Prof.^a Graziela Dias Teixeira (IPOL)
Prof.^a Paola Novaes Ramos (IPOL)
Prof.^a Rozana Reigota Naves (IL)
Prof. Enrique Huelva Unternbaumen (IL)
Prof.^a Nilce Santos de Melo (FS)
Prof. Antônio José Costa Cardoso (FS)
Prof.^a Celeste Aida Nogueira Silveira (FM)
Prof.^a Márcia Cristina Freire de Souza Amaral (FS)
Prof. Dioclécio Campos Júnior (FM)
Prof.^a Jussara Rocha Ferreira (FM)
Prof.^a Fernanda Cristiana P. Garcia (FS)
Prof.^a Enéa de Stutz e Almeida (FD)
Prof.^a Gabriela Neves Delgado (FD)
Elisabeth de Araújo Ferreira (DPO)
Júlio César Goulart Garay (SAA)
Prof.^a Clélia Maria de S. F. Parreira (FCE)
Prof.^a Vera Regina Fernandes (FCE)
Prof.^a Maria de Fátima Souza e Silva (FGA)
Prof. Sérgio Antônio A. de Freitas (FGA)
Prof.^a Leocádia Aparecida Chaves (DEX)
Prof.^a Flávia Mazitelli de Oliveira (DEX)
Prof. Luis Antônio Pasquetti (DEX)
Prof. Rudi Henri Van Els (FGA)
Prof.^a Cláudia Malon (DEX)
Prof.^a Eliane Santos Cunha (DEX)
Prof.^a Adalene Moreira Silva (IG)
Prof.^a Catarina Labouré Bemfica Toledo (IG)
Prof.^a Christiane Girard Ferreira Nunes (ICS)
Prof. Edson Silva de Farias (ICS)
Prof. Eurico Antônio G. C. dos Santos (ICS)
Prof.^a Nair Heloísa Bicalho de Sousa (IH)
Layla Jorge Teixeira César (DCE)
Prof.^a Sayonara de A. Goncalves Leal (ICS)
Prof.^a Simone Perecmanis (FAV)
Prof.^a Ana Maria Resende Junqueira (FAV)
Prof. Marco Antônio Amato (IF)
Prof. Antônio Carlos Pedroza (IF)
Prof.^a Délcia Maria de Mattos Vidal (FAC)
Prof.^a Maria Zélia Borba Rocha (FE)
Prof.^a Amaralina Miranda de Souza (FE)
Prof.^a Shirleide Pereira da Silva Cruz (FE)
Antônio César de Oliveira Guedes (SINTFUB)
Messias Adjabas Muniz Barbosa (SINTFUB)
Prof.^a Dianne Magalhães Viana (FT)
Prof.^a Andrea Cristina dos Santos (FT)
Prof.^a Simone Borges Simão (FT)
Prof.^a Cristina Célia Silveira Brandão (FT)
Prof. Wildson Luiz Pereira dos Santos (IQ)
Prof.^a Elaine Rose Maia (IQ)
Prof.^a Georgete Medleg Rodrigues (DPP)
Prof. Alexandre Luiz G. de Rezende (FEF)
Prof. Edson Marcelo Húngaro (FEF)
Prof. Tiago Barros Ponte e Silva (IdA)
Prof.^a Rosana Andrea Costa de Castro (IdA)
Prof.^a Maria Isabel Montandon (IdA)
Thiago Marinho e Silva (DCE)
Prof.^a Sely Maria de Souza Costa (FCI)
Prof.^a Darcilene Sena Rezende (FCI)
Prof.^a Maria Alice Guimarães Borges (FCI)
Prof.^a Cristina Patriota de Moura (DAN)
Prof.^a Carla Costa Teixeira (ICS)
Prof. Gustavo Sérgio Lins Ribeiro (ICS)
Prof.^a Claisy Maria Marinho Araújo (IP)
Prof.^a Maria Ângela Guimarães Feitosa (IP)
Prof.^a Laércia Abreu Vasconcelos (IP)
Prof.^a Eliane Mendes Guimarães (FUP)
Prof.^a Regina Coelly Fernandes Saraiva (FUP)
Prof. Jair Reck (FUP)
Prof.^a Ana Teresa Athayde Colnago (DGP)
Prof.^a Cláudia da Conceição Garcia (FAU)
Prof.^a Rachel Nunes da Cunha (DAC/IP)

Grupo de Sistematização 2011-2012

Prof.^a Ilma P. Alencastro Veiga (UnB), presidente
Prof.^a Cristina M. Madeira Coelho (FE, DEG/UnB), vice-presidente
Prof. Antônio José Costa Cardoso (FS)
Prof.^a Délcia Maria de Matos Vidal (FAC)
Prof. Eurico Antonio G. Cursino (ICS)
Prof.^a Maria Zélia Borba Rocha (FE)
Prof.^a Nilce Santos de Melo (FS)
Prof.^a Silene de Paulino Lozzi (IB)
Prof.^a Simone Perecmanis (FAV)

Grupo de Sistematização – versão Consuni 2012-

Prof.^a Cynthia Bisinoto (FUP, DEG/UnB)
Prof. Iran Junqueira (FEF, DEG/UnB)
Prof. Marcelo Rezende (FAV, DEG/UnB)
Prof.^a Maria Cristina de Carvalho Cascelli de Azevedo (IdA, DEG/UnB)
Prof.^a Maria de Fátima Ramos Brandão (IE, DEG/UnB)
Prof. Mauro Luiz Rabelo (IE, DEG/UnB)
Prof.^a Nara Pimentel (FE, DEG/UnB)
Prof.^a Nilce Santos de Melo (FS, DEG/UnB)
Prof. Ricardo Gauche (IQ, DEG/UnB)

Apoio Técnico da Versão Consuni 2012-2016

Tiago Dantas Silva – Formatação e Capa
Anna Luiza de V. C. Morato – Revisora

Grupo de sistematização - versão Consuni 2017

Prof.^a Cristina M. Madeira Coelho (FE, DEG/UnB)
Prof.^a Claudia Maffini Griboski (FS, DPO/UnB)
Prof.^a Ilma Passos Alencastro Veiga (UnB)

SUMÁRIO

SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UnB	11
1 INTRODUÇÃO Universidade de Brasília: utopia a ser conquistada	13
2 UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ORIGENS, DESENVOLVIMENTO E INSERÇÃO SOCIAL	15
2.1 Das origens ao momento atual	15
2.2 Caracterização atual: a UnB de 55 anos	23
3 MISSÃO, VALORES, PRINCÍPIOS E PERFIL DO EGRESSO	24
3.1 Missão	25
3.2 Valores	26
3.3 Princípios institucionais	26
3.4 Perfil do egresso	27
4 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	28

4.1 Interdisciplinaridade	28
4.2 Transversalidade	28
4.3 Contextualização	29
4.4 Flexibilidade	29
4.5 Diversidade	29
4.6 Acessibilidade	30
4.7 Sustentabilidade socioambiental	30
5 PRINCÍPIO PEDAGÓGICO FUNDANTE DA UnB: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	30
5.1 Ensino: aspectos epistemológicos e metodológicos	32
5.1.1 Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC)	34
5.2 Pesquisa: produção de conhecimentos	36
5.3 Pós-graduação: <i>lato sensu</i>, <i>stricto sensu</i> e pós-doutoramento	40
5.4 Extensão: conhecimento e contribuição social	42

6 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, APOIO ACADÊMICO E À COMUNIDADE, FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA	45
6.1 Políticas de desenvolvimento profissional	46
6.2 Políticas de apoio acadêmico e comunitário	47
6.3 Formação de docentes para educação básica	49
7 AVALIAÇÃO E INDICADORES	49
7.1 Breve história da avaliação na UnB	49
7.2 Avaliação: princípios e diretrizes	50
8 GESTÃO UNIVERSITÁRIA	53
8.1 Organização e estrutura administrativa	53
8.2 Modelo de gestão universitária	55
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	57

Sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico da UnB

Em 2009, foi iniciada a elaboração do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) da Universidade de Brasília (UnB) depois de identificada a necessidade de revisão do Plano Orientador, elaborado em 1962. Em consonância com as bases e os princípios anunciados à época da criação da Universidade de Brasília, a reelaboração do PPPI configurou-se como uma das principais metas institucionais inseridas no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (BRASIL, 2007).

Entre 2009 e 2011, foram realizados seminários e fóruns para discussão acerca das estratégias para a construção do novo PPPI, envolvendo docentes, servidores técnico-administrativos e discentes. Em 2011, foi concluída e disponibilizada para consulta pública a primeira minuta do projeto. Após consolidação, o documento assim produzido foi encaminhado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), onde permaneceu em longo processo de discussão, sendo aprovado por mérito, conforme Ata da Quingentésima Sexta Reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília, realizada no dia sete do mês de março do ano de dois mil e treze, no Salão de Atos da Reitoria da Universidade de Brasília. Na ata, indica-se para o re-encaminhamento do PPPI ao DEG para ajustes textuais, antes de ser apreciado pelo Conselho Universitário (CONSUNI), na Quadringentésima Quinquagésima Reunião, realizada em seis de abril do ano de dois mil e dezoito, no Auditório da Reitoria, em que o PPPI foi aprovado.

O resgate do espírito fundador, do projeto inicial da universidade, da intencionalidade que presidiu sua concepção e criação como uma universidade “necessária”, é fundamental para o presente Projeto Político Pedagógico Institucional. Sem esse resgate, as razões e a essência de sua fundação se perdem e não nos permitem analisar a sua evolução ao longo dos últimos anos. É preciso, portanto, colocar luz sobre essa evolução, ao mesmo tempo em que é importante nos debruçarmos sobre qual universidade queremos ver projetada para os próximos anos. Tendo começado como uma universidade necessária, assim queremos continuar? Que universidade somos? Que universidade queremos ser?

Visando o futuro, sem se desligar da tradição e da cultura da instituição, mas captando aspectos característicos da nossa contemporaneidade, o documento parte dos valores e princípios do Plano Orientador original. Porém, consideram-se, ainda, para a proposta que se segue, três diretrizes do Conselho Nacional da Educação que

enunciam princípios fundantes de políticas e ações que caracterizam a inserção social de nossa universidade por meio das propostas formativas para nossos estudantes.

Assim, ressalta-se a trajetória pioneira da UnB na institucionalização de procedimentos e ações balizados por princípios e fundamentos que se orientam à promoção da educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

De forma articulada, a UnB alinha-se à compreensão do conceito de cidadania ambiental que, na Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e em que, para além de ações pontuais, expressa o princípio “estruturante que demarca um campo político, ideias, valores e políticas mobilizadoras dos indivíduos e da coletividade comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental” (CNE/CP, 2012, p. 1).

Tomado como princípio básico, a UnB, destaca a responsabilidade que assume com a formação de cidadãos éticos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, pautada nos valores da democracia e da paz, em consonância com a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes da Educação em Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que explicita claramente que:

a Educação em Direitos Humanos emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos cultural-históricos de direitos e responsabilidades. Ela poderá influenciar na construção e na consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos (CNE, 2011, p. 5).

A cultura dos direitos humanos é um dos alicerces para a mudança social e, dessa forma, a UnB compreende a necessidade da implementação de diretrizes políticas que, efetivamente, promovam a inclusão dos estudantes brasileiros, destacando a responsabilidade com a formação de cidadãos éticos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, pautada nos valores da democracia e da paz (CNE, 2011). A cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social e, assim, à universidade pública cabe a implementação de diretrizes

políticas que, efetivamente, revertam as situações de exclusão a que estão sujeitos muitos estudantes brasileiros (CNE, 2011).

1. INTRODUÇÃO

Universidade de Brasília: utopia a ser conquistada

Pode-se aceitar que a Universidade de Brasília seja compreendida como uma instituição que produz conhecimento. Essa é, no entanto, uma premissa redutora, que confere vida própria à instituição, sem referências às pessoas que nela convivem. Assim, a UnB deve, sobretudo, ser considerada uma instituição em que convivem pessoas que produzem conhecimento, socializam e aplicam o conhecimento e a tecnologia que criam. Quer dizer, essa coletividade atua sobre as diferentes dimensões em que se aborda o conhecimento e que exigem como princípio primeiro a ética para com o outro. Uma ética da convivência, a qual sustenta as práticas educativas que permeiam todas as dimensões e estruturas que caracterizam a Universidade. Práticas educativas que, além de contribuir e fornecer elementos para mediar a inserção de novas gerações no universo do trabalho, da sociabilidade, da cultura simbólica, efetivam-se pela exploração de mediações curriculares capazes de traduzir os meios para atingir tais fins e, sobretudo, de contribuir para a humanização das pessoas. A Universidade só se legitima, então, se for ética, se responder ao compromisso fundamental do respeito radical à dignidade humana dos sujeitos que nela se envolvem.

A Universidade de Brasília se constitui diretamente da utopia do projeto original da cidade que a abriga, a cidade que “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”, em que um dos eixos foi arqueado a fim de “contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada” (Relatório de Lúcio Costa para o Plano Piloto de Brasília, em *Plano Orientador da Universidade de Brasília*, 1962, s/pag.)

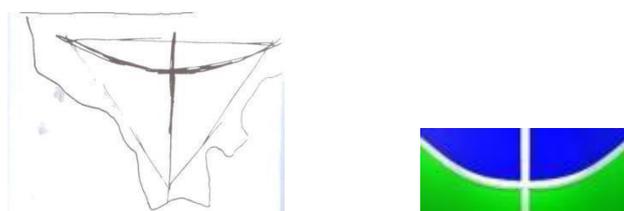


Fig. 1: o gesto primário do traçado do Plano Piloto se repete no símbolo da UnB.

Redimensionando o espaço triangular para a área do retângulo, o símbolo da UnB mantém e reafirma o traço original. A metáfora visual se amplia: as linhas brancas

que representam o traço original podem ser lidas como o símbolo dos sujeitos humanos, Ψ , que reitera a opção assinalada ao final do primeiro parágrafo. Passa, assim, a marcar a identidade visual de uma universidade criativa e inovadora como reclama o projeto original e marco paradigmático, pois organizada para responder às funções que então se delinearão e que não poderiam “ser exercidas por uma universidade do tipo tradicional” (*Plano Orientador da Universidade de Brasília*, 1962: s/pag.).

Uma universidade na qual se fez a opção por um movimento democrático em proposições pretensivas na amplitude, mas em que se reconhecem os meandros de uma jovem história. Jovem em seus 55 anos, mas com uma trajetória histórica rica em caminhos e descaminhos, conforme um dia lamentou seu fundador Darcy Ribeiro, reafirma a força da utopia que a originou como uma universidade que se orienta para além do desejo, pois que continuamente se lança a um horizonte utópico de metas projetadas a serem conquistadas.

Utopia, portanto, que configura tempos cheios de futuro, compreendida na perspectiva da história, cuja dinâmica aloja muitos futuros possíveis, além das experiências existentes, e, assim, exige capacidade de elaborar criticamente seu momento e ao mesmo tempo considerar a possibilidade de transformação do modo como organiza a produção de sua existência social. Utopia que nos exige posicionamentos frente à nossa responsabilidade como instituição social, pública e acadêmico-científica, numa perspectiva tanto de resistência aos desmandos quanto de criatividade no enfrentamento dos desafios trazidos por contextos de crise. Utopia que não está definida como um dever-ser, mas como devir de crenças e valores organizados como princípios de uma nova configuração social que exige a proposição de projetos inovadores de organização administrativo-pedagógica.

Estes são os desafios que ora se impõem: a construção de um Projeto Político Pedagógico Institucional que nos projete para um futuro utópico, porém conectado com nossa tradição de embate e cultura de luta; que responda aos desafios cotidianos, sobretudo neste momento em que a redução dos investimentos em educação, ciência e tecnologia causa prejuízos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão e para o futuro do ensino superior público no país; que ouse para a inovação, mas que reconheça os valores que nos são caros e devem ser preservados; que trame a coletividade a partir da diversidade das singularidades que nos compõem; que, a partir de nossa pluralidade não neutra, explicita para a sociedade nossa proposta pedagógica; que nos ponha em conexão com os contextos sociais locais, regionais e globais a partir da nossa própria dimensão social, mas que, sobretudo, indique nossas concepções sobre que universidade e para qual sociedade estamos nos dirigindo, explicitando que relação entre sociedade e universidade pretendemos ser/construir.

Enfim, que nos lance definitivamente em uma agenda do século XXI com trajetórias possíveis para enfrentar os desafios da nossa contemporaneidade.

2. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ORIGENS, DESENVOLVIMENTO E INSERÇÃO SOCIAL

2.1 Das origens ao momento atual

Embalada pelo signo criador da capital que a abriga, em forte sintonia com a configuração do momento histórico da abertura de fronteiras nacionais, da busca por novas formas de organização e convívio da coletividade urbana, a criação da Fundação Universidade de Brasília foi proposta à Câmara dos Deputados no primeiro ato presidencial após a inauguração da cidade de Brasília, em 21 de abril de 1960.

O ano e meio que separou a proposição do ato oficial da inauguração da Universidade de Brasília (Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961) foi período que configurou a plenitude inovadora do processo de construção e implementação daquilo que até então era chamado de Projeto Político Pedagógico Institucional.

Um projeto de educadores – entre eles Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira – comprometidos com a ação política para a implantação de uma universidade com forte identidade cultural e social com a recém-inaugurada capital da República e que, criativamente, instituiu uma organização acadêmico-pedagógica arrojada diante do paradigma universitário no Brasil.

Esse documento, o Plano Orientador da Universidade de Brasília (1962), apresentou três características principais:

- o sistema tripartido relativo à estrutura acadêmico-administrativa da universidade, composto pelos institutos (pesquisa e pós-graduação), faculdades (profissionalização) e órgãos complementares (serviços de apoio interno e interface *campus*-cidade e universidade-sociedade);
- o sistema de ciclos, em que, no primeiro ciclo ou sistema básico, o estudante de graduação (calouro) tinha acesso aos conteúdos básicos e propedêuticos de ciências, humanidades (artes, filosofia e letras) e tecnologia;
- a gestão colegiada (instâncias básicas formadas pelos colegiados, intermediárias pelas congregações e superiores pelos conselhos).

Diferentemente do modelo de universidade tradicional então existente, a UnB foi a primeira no país organizada em institutos e faculdades, aos quais eram comuns os dois primeiros anos de formação básica. Os anos seguintes eram cursados em uma faculdade, se a opção do estudante fosse a profissionalização, ou em um instituto, caso a opção fosse por uma carreira científica.

Além de evitar a repetição de conteúdos e permitir a mobilidade discente,

tratava-se, já naquele momento, de um estímulo à interdisciplinaridade e, invariavelmente, às “disciplinas de integração”, como eram chamadas as disciplinas do ciclo básico, que contribuíam para uma visão de mundo crítica e problematizadora da realidade.

O golpe de 1964, no entanto, veio interromper a experiência dessa nova Universidade. Três vezes invadida e constantemente desrespeitada, a Instituição decaiu frente à rotina das perseguições, delações, prisões, afastamentos, demissões e desaparecimentos, de modo que, em outubro de 1965, 223 docentes pediram demissão de suas funções acadêmicas. O projeto, inicialmente imaginado, foi sepultado.

Durante a ditadura militar, a educação superior sofreu duas grandes reformas, em 1968 e 1971, ambas precedidas por acordos com a *United Agency for International Development* (USAID) dos EUA. Na UnB, essas novas orientações legais não foram reunidas em um novo projeto político-pedagógico. Porém, as vivências acadêmico-pedagógicas do modelo imposto mantiveram parte daquilo que havia sido proposto, tais como a permanência dos institutos e faculdades, o fim da cátedra, o sistema de créditos e a manutenção dos ciclos básico geral e profissional.

No entanto, naquele período, a UnB passou a ser gerida de forma centralizada, sem que houvesse espaços para novidades acadêmico-pedagógicas, nem para manifestações ou questionamentos. O vestibular passou a se realizar por carreiras específicas; o número de disciplinas optativas de caráter geral diminuiu drasticamente; experiências pedagógicas inovadoras como o Método de Instrução Personalizada – Método Keller – ou a vinculação do curso de Medicina ao Hospital de Sobradinho, foram extintas, assim como várias atividades de extensão, salvo as conduzidas pelo regime militar, como o Projeto Rondon.

A UnB cumpria com as determinações legais do então Conselho Federal de Educação, como a obediência ao Currículo Mínimo e ao número de horas aulas exigidas, a divisão dos cursos entre Ciclo Básico e Ciclo Profissional, e a escolha do curso feita de forma específica no ato de inscrição no vestibular. Entretanto, os cursos eram englobados em duas grandes áreas: a de Humanidades e a de Ciências e, a cada uma delas, correspondia um Ciclo Básico, fase compulsória para o acesso ao Ciclo Profissional.

Nesse período, o Ciclo Básico apresentava como objetivo a superação de deficiências oriundas do atualmente denominado Ensino Médio, conhecimentos indispensáveis para a formação profissional e elementos gerais de cultura científica e/ou humanística. Apesar da quase unanimidade do reconhecimento da formação incompleta dos ingressantes, particularmente nas linguagens vernáculas e matemática, a recuperação de deficiências do ensino médio era inócua para quem dela não

necessitasse, mas superficial e incompleta para aqueles que seriam os seus beneficiários.

Assim, as disciplinas do Ciclo Básico acabavam centradas no estudo dos conhecimentos pertinentes a cada uma das carreiras, o que gerava pelo menos três problemas: a excessiva dicotomização em relação às práticas profissionais e o embasamento teórico dessas práticas; a inexistência de conexão entre os conhecimentos básicos e os que seriam vistos na formação profissional ou, o que era ainda mais grave, o estudante só tomava contato com a carreira após a conclusão do Básico; e, terceiro, conteúdos muito específicos das disciplinas destinadas a carreiras correlatas, que todos eram obrigados a cursar.

Com o processo de redemocratização do Estado brasileiro, que na UnB foi personalizado pela eleição direta para Reitor em 1984, passam a ser eixos condutores das atividades acadêmico-pedagógicas propostas pela Reitoria a revisão dos processos ocorridos durante os anos de exceção, o fortalecimento das decisões colegiadas e a integração social e cultural da UnB com a comunidade externa, princípio que passou a nortear fortemente as experiências acadêmico-administrativas. Dessa forma, nesses momentos de virada democrática, foi sendo percebida como indispensável a reestruturação do ensino de graduação, visando solucionar problemas oriundos do período anterior.

As principais mudanças foram estabelecidas na Resolução n. 027/1987 do Conselho Universitário (CONSUNI), que extinguiu a distinção formal entre as grandes áreas, Ciências e Humanidades, e decretou o fim do Ciclo Básico.

Por outro lado, todos os cursos de graduação da UnB passaram a ser estruturados em dois módulos: o Integrante e o Livre. O Módulo Integrante, largamente dominante, era formado pela Área de Concentração ou de caráter disciplinar específico e pela Área Conexa. Já o Módulo Livre, correspondendo à pequena parcela do total de créditos exigidos, destinava-se ao espaço curricular para o contato do estudante com qualquer área de conhecimento ou campo de atuação, bem como para as atualmente denominadas atividades complementares. Além disso, foram introduzidos fluxogramas de sequenciação curricular para todos os cursos, resultando num sistema acadêmico semisseriado.

A reestruturação do ensino de graduação aportada pela Resolução n. 027/1987 do CONSUNI representou um relativo sucesso na modernização da gestão acadêmica, mas foi incapaz de solucionar vários problemas pedagógicos presentes no sistema de Ciclo Básico e Profissional. Além disso, gerou outros, novos e graves problemas, como a estrutura seriada nos currículos de vários cursos, sem espaços para qualquer formação interdisciplinar. As recomendações anexas à Resolução n. 027/1987 foram, em geral, ignoradas pelos cursos, especialmente a integração entre

formação profissional e geral e, ainda, entre ensino, pesquisa e extensão. A adoção de uma perspectiva aberta na categorização das disciplinas como restritas, adotada somente quando houvesse justificativas profissionais ou pedagógicas inarredáveis, também foi ignorada e considerada instrumento administrativo inibidor de demandas genuínas.

Paralelamente ao processo de reestruturação do ensino presencial, passou a funcionar na UnB, a partir de 1979, a educação a distância, com a criação do Centro de Educação a Distância (CEAD), que modernizou, promoveu e facilitou o acesso a educação, cultura e saberes nas suas diversas áreas, buscando superar obstáculos da distância física e temporal por meio das mais variadas ferramentas de interatividade e recursos, que mais tarde foram expandidos com a utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), em especial com a plataforma Moodle. Tais ofertas foram sendo viabilizadas por meio de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais e projetos de pesquisa em diferentes contextos educativos. Mesmo com o lapso temporal da legislação regulamentadora sobre a educação a distância, nesses últimos anos, houve um enorme acréscimo nas atividades de ensino a distância na UnB, com várias disciplinas criadas segundo essa modalidade, além de outras tantas na modalidade semipresencial. Mais recentemente, a UnB aderiu ao Programa Universidade Aberta do Brasil, instituído pelo Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006 (Brasil, 2006).

Ao final da década de 1980, houve a reestruturação do Centro de Processamento de Dados, que passou a se chamar Centro de Informática, com a tarefa de desenvolver as atividades de caráter permanente de apoio tecnológico, necessárias ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, no que se refere ao processamento de dados acadêmicos e administrativos.

Nessa mesma época, foram criados os cursos noturnos na UnB, após debate integrador sobre a formação dos licenciados pelos professores ligados ao Núcleo de Estudos e Acompanhamento das Licenciaturas – NEAL. Foram criados os cursos de Administração e Esquema I (que oferecia formação psicopedagógica aos docentes do ensino médio profissionalizante), em 1988, e o de Arquivologia, em 1991. No entanto, esses cursos foram implantados, praticamente, sem contratações de novos docentes e sem aportes adicionais de recursos financeiros às unidades que os tinham sob sua responsabilidade.

Com a aprovação da Lei n. 8.618, de 4 de janeiro de 1993, a UnB obteve a autorização do Congresso Nacional para contratar novos docentes, visando suprir as carências dos cursos noturnos já existentes, mas também para a criação de sete novas licenciaturas. Com essas licenciaturas, criaram-se as condições para a abertura de novos cursos e, conseqüentemente, para a real existência de um turno noturno,

como de fato ocorre hoje na UnB.

Nesse momento, cabe ainda ressaltar o protagonismo da UnB nas discussões conceituais e metodológicas que as entidades representativas das universidades federais realizaram junto ao MEC e que culminaram com a instituição do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, PAIUB, em 1993. De acordo com Dias Sobrinho (2000), essa política pública de avaliação da educação superior se originou de experiências exitosas de autoavaliação elaboradas e realizadas por universidades brasileiras, entre elas, a UnB.

De 1994 a 2002, a educação superior sofreu o impacto das políticas neoliberais adotadas pelo governo para a educação, o que resultou em três características históricas que marcaram a educação superior pública no período, a saber: o sucateamento das universidades federais (cortes de verbas e não abertura de concursos públicos para as carreiras docente e técnico-administrativa); a ausência de uma política de assistência estudantil; e a expansão da educação superior privada por meio do financiamento público.

Em consonância com esses novos tempos, a Reitoria da UnB realizou, em 1994, o 1º Encontro para Identificação de Problemas e Oportunidades (EIPO), com a participação dos três segmentos da comunidade universitária – professores, estudantes e servidores técnico-administrativos. A partir dessas discussões, chegou-se à proposta de institucionalização do Sistema de Planejamento na UnB, por meio do Plano de Ação UnB: Visão Estratégica. A colaboração entre UnB e iniciativa privada, governo, empresas estatais e outros organismos foi uma das principais inovações que, a partir de então, passaram a fazer parte da vida da Universidade.

Em 17 de fevereiro de 1995, o *campus* universitário recebeu o nome de *campus* Darcy Ribeiro.

Ainda que as três características citadas em parágrafo anterior não tenham permitido aproveitar a oportunidade oferecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para operar mudanças que tornassem a universidade mais competente, mais eficiente e mais integrada à sociedade que a sustenta e com a qual estabelece relação direta, em 1995, a UnB conseguiu implementar uma forma alternativa às formas tradicionais de ingresso, o Programa de Avaliação Seriada (PAS), destinando a esse programa 50% das vagas dos cursos de graduação que iniciam o semestre letivo em cada ano. No esforço de tornar mais democrático o acesso à educação superior e na perspectiva de instituir avaliação processual, o PAS surgiu como uma oportunidade de integração das escolas de educação básica e a UnB, privilegiando, na seleção, os estudantes que se dedicavam mais aos estudos desde o primeiro ano do Ensino Médio.

De 2003 a 2010, a educação superior pública foi redirecionada para a

ampliação das universidades existentes, a criação de novas universidades e institutos federais de educação, o crescimento alicerçado pelo Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni).

No Brasil, a inclusão social por meio da expansão do contingente de estudantes que têm acesso ao ensino superior não foi uma opção, mas um imperativo histórico, o que impôs à UnB a necessidade de uma formação sintonizada com o mundo do trabalho, de ampliação da oferta de vagas, de criação de novos *campi* e de novos cursos, inclusive no turno noturno e também na modalidade a distância.

Conjugado a essa tendência, no segundo vestibular de 2004, introduziu-se o sistema de cotas para negros, com a reserva de 20% das vagas em cada curso de graduação para estudantes que se declarassem negros no ato da inscrição e optassem por concorrer nesse sistema. Essa política de ação afirmativa foi aprovada, em junho de 2003, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Nessa mesma sessão, foi também aprovada a inclusão de 10 vagas semestrais para acesso a membros de comunidades indígenas, por meio de processo seletivo específico. A UnB – primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas – buscou assumir seu papel na luta por um projeto de combate ao racismo e à exclusão social, atendendo o compromisso social da ampliação do acesso e do desenvolvimento de garantias de permanência de estudantes. Um fato relevante ocorrido em 2012 foi o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da constitucionalidade da política de cotas raciais. Como a política foi declarada constitucional, pode-se reafirmar o compromisso social de nossa instituição na redução de desigualdades sociais, que também se expressa no que se refere ao que veio a ser aprovado pela Lei n. 12711/2012, que implantou a política de reserva de vagas nas instituições de educação superior para estudantes oriundos de escolas públicas.

Em 2007, repercutindo as ações políticas externas à Universidade, o Conselho Universitário (CONSUNI) aprovou, em sua 333ª reunião, realizada em 19 de outubro, o documento “A UnB rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social”, como carta de intenções para que a UnB ingressasse no Reuni.

Entre o primeiro movimento e a efetiva repactuação do Projeto Reuni-UnB, em julho de 2008, houve grandes mudanças no contexto político-econômico-administrativo interno da universidade. Em decorrência dessas mudanças político-administrativas, foi negociada com o MEC uma extensão em relação ao prazo para que a UnB aderisse ao Projeto Reuni. Assim, a nova administração superior da UnB propôs uma revisão do referido documento, que foi aprovada pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), em junho de 2008, com as diretrizes para adequação da proposta da UnB às diretrizes gerais do Reuni. Já na 427ª reunião, o CEPE aprovou a lista de cursos novos, a ampliação de vagas nos cursos existentes e a

estimativa de distribuição de docentes e de recursos financeiros, com base nas demandas das unidades acadêmicas. O CONSUNI aprovou a proposta em sua 339ª reunião, realizada em 4 de julho de 2008. A criação de novos *campi* – Planaltina, Gama e Ceilândia –, prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (2002-2006), foi incluída na proposta de adesão ao Reuni. Assim, em outubro de 2008, a UnB e o Ministério da Educação pactuaram o Projeto Reuni-UnB, que estabeleceu um conjunto de metas e indicadores a serem cumpridos no período entre 2008-2012 (UnB, 2008).

Grandes transformações caracterizam a universidade no período, em especial as ações decorrentes da adesão ao Reuni, com a expansão em três novos *campi* e a institucionalização do programa de ensino de graduação a distância.

Ao final da vigência do Reuni, em 2012, o CONSUNI da UnB aprovou a adesão a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), empresa pública criada pela Lei 12.550/2011. Assim, em 17 de janeiro de 2013, a UnB transferiu a administração do Hospital Universitário de Brasília (HUB) para a EBSERH, com a qualificação da equipe gestora, o saneamento financeiro e a contratação de funcionários no regime de trabalho regido pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). O quadro de pessoal do HUB passou a contar, então, com profissionais de diferentes vínculos: servidores da UnB, empregados EBSERH, pessoal cedido do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) e terceirizados.

As transformações ocorridas no período, em seu conjunto, indicam fortemente que a UnB mais uma vez reafirma seu compromisso cultural e social com os diversos contextos com os quais mantém interlocução: com a cidade em que está localizada; com o Distrito Federal como contexto da capital do país; com o ecossistema da região do cerrado, na complexidade da relação entre o bioma fortemente ameaçado e o desenvolvimento agrícola; com a difusão de conhecimento em âmbito nacional; com a internacionalização constitutiva da experiência universitária contemporânea. Enfim, uma Universidade orientada pelo anúncio de Darcy Ribeiro: “A vocação da UnB é ser uma universidade completa”.

2.2 Caracterização atual: a UnB de 55 anos

A Universidade de Brasília, hoje, está constituída por 8 decanatos, 12 institutos, 14 faculdades, 53 departamentos, 12 centros de pesquisa especializados, 4 centros de ensino e pesquisa, 36 núcleos, 4 secretarias, 6 órgãos complementares, 10 órgãos diversos, 1 hospital universitário, 2 hospitais veterinários, 4 bibliotecas, 1 fazenda (Fazenda Água Limpa) e 4 *campi* (Darcy, Planaltina, Ceilândia e Gama). Oferece 139 cursos de graduação, sendo 30 noturnos e 9 a distância. Oferece 155 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 87 de mestrado e 68 de doutorado.

A descentralização da Universidade de Brasília ocorreu em relação às áreas

limitrofes do Distrito Federal a partir de critérios que consideraram características socioeconômicas, populacionais e geográficas. Nessas localidades, está concentrada uma grande parte da população do DF, sendo assim considerado o impacto positivo que o desenvolvimento de atividades científicas, artísticas e culturais exerceriam sobre o desenvolvimento social e econômico dessas regiões.

Em relação à infraestrutura, o Campus Darcy Ribeiro tem 395 hectares, em que 552 mil metros quadrados são de área construída. O *campus* da UnB-Ceilândia tem instalados 199 mil metros quadrados de área total e 9,8 mil metros quadrados de área construída. O *campus* da UnB no Gama ocupa área total de 335 mil metros quadrados e 6,7 mil de área construída. O *campus* da UnB de Planaltina tem 301 mil metros quadrados de área total e 12,5 mil metros quadrados de área construída.

Sobre a organização acadêmica, conforme já relatado, na concepção original, de 1962, os cursos da UnB apresentavam dois padrões distintos de formação: a profissionalização, oferecida pelas Faculdades, e a de pesquisador, oferecida pelos Institutos. Essa separação foi descaracterizada quando a distinção entre as estruturas acadêmicas foi desfeita. A formação atual é caracterizada como uma profissionalização que atenda à concepção da unidade entre atuação e pesquisa.

De forma similar, duas das três principais características da UnB constantes do Plano Orientador da Universidade de Brasília (1962) foram modificadas: o sistema tripartido e o sistema de ciclos. O sistema tripartido relativo à estrutura acadêmico-administrativa da universidade era composto pelos institutos (pesquisa e pós-graduação), faculdades (profissionalização) e órgãos complementares (serviços de apoio interno e interface *campus*-cidade e universidade-sociedade). Tal sistema ainda persiste, mas não mais como uma divisão de tarefas, pois, como foi dito, atualmente não há separação entre a formação profissional e de pesquisa. As Unidades Acadêmicas, quer sejam faculdades, quer sejam institutos, oferecem os cursos de graduação na modalidade bacharelado ou licenciatura, pós-graduação (*lato* e *stricto sensu*) e atividades de extensão e pesquisa.

A criação de sistema semisseriado, em lugar do sistema de ciclos inicial, manteve o sistema de créditos que permitiu flexibilizar currículos com a oferta de disciplinas do Módulo Livre. Outro ponto em favor da flexibilidade curricular foi a decisão sobre a obrigatoriedade regimental de teto máximo de 70% de disciplinas obrigatórias para cada curso. Os 30% restantes eram compostos por disciplinas optativas e de módulo livre e permitiam a construção de uma trajetória acadêmica mais adequada a cada estudante, de acordo com suas expectativas de formação.

Como princípio geral, compreende-se a formação estruturada na integração teoria-prática. Assim, procura-se a fundamentação teórica forte, necessária para a formação relacionada à formação prática que se orienta ao saber fazer, à

incorporação individual do componente prático de operacionalização do conhecimento e da materialização de um projeto teórico-conceitual. Propõe-se ainda que a aprendizagem do estudante esteja voltada para o processo de investigação e obtenção de informações, que possibilite ao futuro profissional desenvolver autonomia na busca de meios necessários para produzir conhecimento.

3. MISSÃO, VALORES, PRINCÍPIOS, PERFIL DO EGRESSO

No Plano Orientador da Universidade de Brasília foram definidas as principais diretrizes e se estabeleceram as funções básicas da instituição: ampliar oportunidades de educação, instituir novas orientações profissionais demandadas pela economia brasileira, assessorar o poder público em todas as áreas do conhecimento e contribuir para o desenvolvimento técnico científico do País (FUB, 1962). Nesse aspecto, a missão pretendia dar destaque ao importante papel da sua contribuição para o desenvolvimento regional.

Com essa orientação, as práticas acadêmicas da UnB estão atualmente orientadas pelas seguintes propriedades: indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; interdisciplinaridade e dinâmica curricular integrada; flexibilidade; compromisso público com a missão institucional; universidade inovadora; busca da excelência; ética e respeito à dignidade, à liberdade intelectual e às diferenças.

Esses aspectos fundamentam os processos acadêmico-pedagógicos da Universidade e têm sido constantemente debatidos em diferentes instâncias administrativas da UnB. A reunião de um conjunto de princípios fundantes e de valores essenciais organizadores de aspectos da vida acadêmica indica as linhas condutoras do funcionamento e do desenvolvimento de ações do cotidiano da universidade. Tornam-se, assim, tópicos que balizam a percepção sobre diferentes formas de organizar os processos da universidade.

3.1 Missão

A missão da Universidade de Brasília se define no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e está elaborada nos seguintes termos:

Ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãs e cidadãos éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência.

Assim, a missão estabelecida para a Universidade de Brasília envolve os aspectos listados a seguir, os quais devem ser compreendidos como orientadores da

leitura da missão da UnB.

- a efetiva institucionalização e o amplo conhecimento sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- o estabelecimento de um diálogo com a sociedade local para a definição de uma agenda acadêmica;
- o alinhamento entre o conhecimento que a UnB constrói e divulga, ao longo do processo de formação de seus estudantes, com aquele que ela produz por meio da prática da pesquisa;
- a afirmação da aprendizagem via pesquisa, como responsabilidade de todos os professores, estudantes e servidores, na medida em que é o interesse da sociedade que está em jogo;
- a identificação de e a indagação sobre os obstáculos que impedem que o Brasil, em geral, e o DF, em particular, transformem-se em uma sociedade mais justa, igualitária e livre;
- a geração de conhecimentos úteis à humanidade;
- o respeito e a valorização da diversidade da comunidade acadêmica, a equidade e a promoção do diálogo para a melhoria das relações interpessoais e das condições de trabalho e estudo;
- o desenvolvimento da criatividade, eficiência, transparência e o respeito às decisões colegiadas;

3.2 Valores

Os aspectos orientadores da leitura da missão da UnB se organizam a partir de valores legitimados pelos processos históricos e culturais que permearam o percorrer da Universidade de Brasília até hoje. São eles:

- a dignidade, a igualdade e a liberdade de todas as pessoas humanas;
- a ciência, como forma de conhecimento confiável ao lado de outras formas de saberes;
- o diálogo em termos de igualdade com essas outras formas de saberes;
- a tolerância e a compreensão para com as mais diversas formas de manifestação de pensamento e de crença;
- a democracia como forma de organização política da sociedade em geral, e da Universidade, em particular.

3.3 Princípios institucionais

Os valores legitimados pelos processos históricos e culturais se traduzem em princípios norteadores dos fazeres acadêmicos mais gerais. Princípios caros às atuações e aos pensamentos de todos os que na Universidade de Brasília convivem. Consideram-se como princípios institucionais da UnB:

- afirmar sempre os valores da igualdade e da liberdade, de forma a auxiliar vigorosamente sua difusão e articulação com os demais valores sociais;
- afirmar sempre a harmonia dos seres humanos e de suas sociedades com o meio ambiente;
- atender à sociedade, conhecendo a ela e à natureza que a cerca e condiciona, e comunicando à sociedade tais conhecimentos;
- fazer das aulas espaços de ensino por meio da pesquisa e ampla possibilidade de divulgação do conhecimento, de atuação profissional, de estabelecimento de diálogo com a sociedade;
- promover a excelência em ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- atuar em defesa da universidade pública, comprometida com o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico, cultural, econômico e socioambiental;
- promover a universidade colaborativa, diversa, comprometida com a dignidade das condições de trabalho, estudo e convivência;
- afirmar valores e práticas que atendam à sustentabilidade como princípio sistêmico que integre âmbitos ambientais, sociais e econômicos;
- promover as condições de acessibilidade e a construção de um ambiente de trabalho e estudo inclusivo, respeitoso, solidário e colaborativo;
- exercer a democracia e autonomia universitária.

3.4 Perfil do egresso

O perfil de egresso a ser construído por meio da formação profissional de nível superior nas diferentes áreas do conhecimento é constituído de:

- espírito científico, pensamento reflexivo e estímulo à criação cultural;
- capacidade crítica para emitir juízos reflexivos sobre as relações entre contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, coerentes com os princípios dos Direitos Humanos;

- capacidade ética relacionada a atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a autonomia, o coletivo, entre outros;
- domínio de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos, e capacidade de comunicar esses conhecimentos por meio do ensino, de publicações e de outras formas de divulgação científico-cultural;
- capacidade de investigação científica, de criação e difusão da cultura;
- aptidão para a inserção nos diversos setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- capacidade de desenvolver trabalho colaborativo;
- desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional;
- capacidade para a tomada de decisão e o compromisso social, ético, político.

4. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Na UnB a integralização curricular é feita pelo sistema de créditos, correspondendo 1 (um) crédito a 15 (quinze) horas-aula, em trabalho efetivo sob coordenação docente, que pode ser com aulas teóricas ou práticas. No entanto, de acordo com a legislação vigente, em especial com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), emanadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), preconiza-se a flexibilização de calendários, com a oferta contínua de disciplinas, eliminando-se barreiras cronológicas para a formação pretendida. Em consonância com a formulação das DCN, a organização curricular dos cursos de graduação da UnB está orientada pelos seguintes princípios epistemo-metodológicos.

4.1 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade como abordagem epistemológica permite ultrapassar as fronteiras disciplinares, o que possibilita tratar, de forma integrada, tópicos, temáticas e eixos integradores às diversas áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade, como princípio fundante, contrapõe-se à fragmentação, à homogeneidade e à linearidade no currículo.

Nessa perspectiva, a organização curricular se desenvolve em torno de um tema central e questões relevantes e significativas identificadas cooperativamente pelos professores e estudantes e, dessa forma, possibilita delinear caminhos de integração de saberes que superam a fragmentação curricular.

Com fundamento nos pressupostos de Paulo Freire (1987), a interdisciplinaridade reconhece o conhecimento como um processo de construção e reconstrução do mundo, alcançado por meio de uma visão ampla da realidade. A interdisciplinaridade é, então, vista como a superação da fragmentação do conhecimento, na medida em que possibilita analisar a realidade em seus aspectos socioculturais, econômicos e ambientais, e assim, projetar realidades diversas.

4.2 Transversalidade

O princípio da transversalidade busca a aproximação entre a realidade e a ciência, materializada no processo de construção do conhecimento pela inserção de temas da vida cotidiana na estrutura curricular.

Dessa forma, por exemplo, a inserção dos conhecimentos curriculares ligados à educação em direitos humanos, às questões étnico-raciais e à educação ambiental se organiza em atendimento ao princípio pedagógico da transversalidade.

Os projetos pedagógicos dos cursos, em sua organização curricular, passam a incluir conteúdos complementares e flexíveis, visando a atender os desafios contemporâneos ou as problematizações atuais dos diferentes campos de conhecimento.

4.3 Contextualização

Entre o conjunto de princípios orientadores da organização curricular, a contextualização ou tematização dá sentido social a procedimentos e conceitos próprios das áreas de conhecimento, superando, assim, o ensinar, o aprender, o pesquisar e o avaliar apenas pela necessidade acadêmica (VEIGA, 2004). Esse princípio dá sentido social aos conhecimentos, conceitos e procedimentos metodológicos.

4.4 Flexibilidade

É importante enfatizar que o princípio da flexibilidade, aplicado à organização curricular, capta a complexidade que “significa dar abertura para a atualização de paradigmas científicos, diversificação de formas de produção de conhecimento e desenvolvimento intelectual e profissional” (VEIGA, 2007, p. 105). Sob essa perspectiva, a flexibilidade curricular é, ao mesmo tempo, uma possibilidade e uma condição relevante para a efetivação de um projeto acadêmico de qualidade.

4.5 Diversidade

Tratar da temática da diversidade na educação leva o debate ao nível conceitual e, de forma mais prática, às políticas educacionais estruturantes. O conceito de diversidade se vincula à ideia de emancipação humana e social. O conceito de diferença e, por consequência, os de igualdade e desigualdade, são fundamentais para a compreensão da diversidade. Assim, as políticas de ensino, pesquisa e extensão da UnB estão fundamentadas em condições de oportunidades que atendem singularidades nos processos formativos, o que pressupõe intervenções afirmativas em favor da diversidade dos grupos e pessoas que convivem na universidade.

Assim, como princípio da organização das políticas acadêmicas considera-se a implementação e a manutenção de políticas de inclusão social, de ações afirmativas e políticas de atenção à diversidade. Políticas voltadas para pessoas de situação econômica desfavorecida e ações afirmativas para o enfrentamento da discriminação étnica, racial, sexual, de gênero, quer dizer do conjunto de condições que compõem a diversidade humana e que, historicamente, não encontram as mesmas oportunidades no cotidiano da vida acadêmica.

4.6 Acessibilidade

O princípio de acessibilidade na educação superior orienta políticas e ações que promovem o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Dele decorrem, por exemplo, o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos. Na UnB, a continuada busca da acessibilidade, tanto material quanto relacional e de valores, preside os processos seletivos e o desenvolvimento das atividades que do ensino, da pesquisa e da extensão.

4.7 Sustentabilidade socioambiental

A dimensão socioambiental se institui, na UnB, como princípio para o desenvolvimento institucional. Nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, destina-se à conservação, recuperação e melhoria das condições ambientais, sociais e existenciais, promovendo a participação de toda a comunidade da instituição no delineamento, planejamento, implantação e avaliação das atividades previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O fortalecimento das ações de sustentabilidade implica a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação ambiental em uma perspectiva integradora. E também demanda iniciativas baseadas na premissa da transparência na administração dos problemas ambientais urbanos.

5. PRINCÍPIO PEDAGÓGICO FUNDANTE DA UnB: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A dimensão dos processos pedagógicos na UnB se organiza a partir dos seguintes princípios fundamentais:

- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que relaciona os processos de ensinar e aprender com a pesquisa científica e as atividades de extensão e organiza a síntese entre teoria e prática;
- contextualização social e histórica do conhecimento;
- interdisciplinaridade e a flexibilidade como processos contemporâneos de construção do conhecimento;
- acessibilidade como proposta de atuação e inclusão;
- modernização e simplificação dos sistemas de gestão acadêmica;
- resultados da avaliação interna e externa, aplicados na efetiva melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- valorização das atividades acadêmicas e administrativas para a progressão funcional;
- acompanhamento contínuo dos estudantes em sua trajetória acadêmica;
- apoio institucional para enfrentar as dificuldades do processo de ensino-aprendizagem e da vivência acadêmica e social;
- fortalecimento das ações de internacionalização da UnB;
- valorização das diferenças de toda ordem – sejam elas acadêmicas, sociais, étnicas, raciais e culturais – e promoção do ingresso e permanência desses segmentos da população.

Assim, na Universidade de Brasília há o compromisso com uma formação humanista, crítica e reflexiva, em que a responsabilidade em estimular e oportunizar a vivência de diferentes formas de pensar, produzir e socializar conhecimentos assume lugar de destaque para uma melhor compreensão da sociedade, bem como a promoção das transformações sociais necessárias e desejadas.

Para tanto, organiza formações sólidas e fortemente implicadas na construção de novos padrões de produção e de consumo, comprometidas com o desenvolvimento das pessoas, além de possuidoras de identidade ética e estética que possibilitam aos seus formandos e egressos lidarem com a sociedade do

presente e, simultaneamente, com os desafios de criação de outros mundos possíveis, nos quais a espiritualidade, a sensibilidade, a tolerância e a consciência ecológica se aliem às capacidades cognitivas e ao desenvolvimento intelectual. Uma formação que preze pela liberdade de pensamento e pela solidariedade com o outro, que favoreça o discernimento, leve à criatividade e fomente o uso da imaginação, dimensões igualmente importantes na produção e na apropriação de conhecimentos e saberes relevantes tanto do ponto de vista científico quanto social.

Tais pressupostos caracterizam-se pela abrangência que faz convergir e integrar as modalidades de ensino presencial e a distância. Experiências com as tecnologias da informação e da comunicação (TIC), que estimulam novas práticas pedagógicas da educação presencial e a distância ao desenvolverem competências básicas. Nesse sentido, a UnB consolida condições necessárias para essa integração por meio da atualização dos níveis tecnológicos, do esforço docente, da política de acolhimento discente, do estímulo à produção de materiais didáticos inovadores, da normatização dos processos internos de oferta de disciplinas a distância e do fortalecimento dos núcleos de informática com vistas à produção pedagógica.

O princípio fundante da Universidade está articulado nas diversas diretrizes que norteiam ensino, pesquisa e extensão e que estão expostas a seguir.

5.1 Ensino: aspectos epistemológicos e metodológicos

Em relação aos aspectos didático-pedagógicos e às diferentes formas organizadoras das práticas de ensino-aprendizagem, consideram-se como orientações fundamentais:

- a observação e a reflexão para a compreensão da realidade e aprofundamento e/ou ampliação da articulação entre teoria e prática, contribuindo para a integralização das atividades acadêmicas e para a produção do conhecimento nas distintas áreas;
- os conhecimentos teóricos e práticos para a comunicação, para a análise crítica e criativa, para a reflexão independente e para o trabalho colaborativo em equipe, em contextos pluriculturais e interculturais, como elementos necessários à formação e parte do perfil do egresso da UnB;
- a problematização, a indagação e a dúvida, ao longo da formação, como abordagens motivadoras e essenciais para o ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento de independência intelectual dos estudantes e para a busca de atualização e

aperfeiçoamento, aproximando as reflexões teóricas das atividades práticas;

- o envolvimento dos estudantes, desde o início, em processos de construção de conhecimentos a partir da vida real, ensejando assim biografias que, desde a raiz, estão comprometidas com o desenvolvimento da sociedade, da natureza e, simultaneamente, do próprio conhecimento científico;

- as inovações tecnológicas e metodológicas como suportes estratégicos à aprendizagem discente e à produção científica;

- os conteúdos, as metodologias, os mecanismos de avaliação e demais instrumentos de ensino-aprendizagem como partes da cultura e da identidade pedagógica institucional;

- a promoção de intercâmbio científico e acadêmico entre docentes e discentes, entre a graduação e a pós-graduação, entre a pesquisa e a extensão como indicadores de excelência;

- o fomento à mobilidade docente e discente entre cursos e *campi* universitários para permitir a construção de trajetórias acadêmicas flexíveis, sem prejuízo de uma sólida formação;

- a excelência acadêmica como constitutiva e constituinte da estreita relação entre formação profissional e práticas sociais;

- a realização de trabalhos de conclusão de curso (TCC), quando previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que reflita a síntese da formação social transformadora desenvolvida ao longo dos anos de formação;

- as atividades curriculares de educação em direitos humanos, educação para as questões étnico-raciais e educação ambiental participantes da formação como conteúdos complementares ou transversais nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação;

- a valorização da docência na graduação garantida por meio do apoio à formação de docentes, à criação de políticas de incentivo à inovação e à produção científica e à implantação de mecanismos que reduzam a evasão e a retenção em cursos de graduação;

- a criação de mecanismos para que a extensão repercuta positivamente nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação e no desenvolvimento científico e tecnológico, com compromisso social

O ensino de graduação constitui a base da formação superior para a

construção de uma sociedade inclusiva e de conhecimento diversificado, em que sobressaem o pensamento crítico e a cidadania ativa, a valorização dos direitos humanos e o respeito à democracia.

Os bacharelados e as licenciaturas primam pela formação do estudante nas diversas áreas do conhecimento, de forma interdisciplinar e numa perspectiva de educação científica, em que o ensino se alie à pesquisa e extensão, numa resposta às demandas da sociedade. O ensino proporcionado pelos cursos de graduação, articulado à pesquisa e à extensão, pode ser estimulado por meio do incentivo a uma maior integração com os cursos de pós-graduação, em que se desenvolvam projetos conjuntos de educação científica, de apoio e de reconhecimento ao ensino de graduação, e da participação colaborativa dos estudantes de graduação em pesquisas desenvolvidas no âmbito da pós-graduação.

Nessa formação, considera-se a relevância da integração dos cursos de licenciatura com a escola pública de nível básico com vistas à construção de uma política institucional de formação docente como sendo um dos aspectos cruciais e estratégicos para o desenvolvimento do país. Estimula-se, também, a participação dos cursos de graduação da Universidade de Brasília em programas e editais das agências de fomento nacionais e internacionais.

Cabe, ainda, ao ensino de graduação estabelecer a relação entre os conhecimentos produzidos na UnB e as demandas do mundo do trabalho, desde os primeiros períodos do curso, desenvolvendo práticas pedagógicas e atividades acadêmicas que contribuam para a consolidação da formação profissional do estudante.

Dessa forma, a parceria científica e pedagógica da UnB como sistema de educação superior com outras instâncias educacionais, de maneira a promover a articulação entre teoria e prática, em âmbito local, regional e nacional, nos setores públicos e privados, passa a ser um dos aspectos norteadores de nossas ações. Por fim, vale ressaltar que os cursos de bacharelado e de licenciatura devem buscar a interdisciplinaridade e a flexibilidade dos currículos, formando profissionais aptos para trabalhar com a diversidade. Nesse sentido, deve-se fortalecer a política de mobilidade estudantil com outras Instituições de Ensino Superior (IES) no país e a política de intercâmbio estudantil com instituições de ensino no exterior, o que possibilita aos graduandos a vivência de outras realidades e o desenvolvimento de competências e habilidades a partir de outros universos.

Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC)

O desenvolvimento das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) e a ampliação da oferta de cursos superiores a distância nessas últimas décadas

mudaram a face da educação superior no Brasil pois, entre outros aspectos, as TIC dão suporte metodológico para o conjunto de aspectos pedagógico-administrativos que organizam o cotidiano educacional. Tais processos demandam das universidades novas formas de organização da educação presencial e a distância, tendo em vista as especificidades das TIC aplicadas aos contextos educativos. Na UnB, desde o final da década de 1970, esse desenvolvimento vem sendo perseguido.

Dessa forma, as iniciativas com uso das TIC na UnB, ao longo dessas décadas, estão em consonância com as grandes transformações que caracterizam a universidade na atualidade. Tais iniciativas encontram respaldo no compromisso com a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem presencial e a distância e se orientam pelos projetos pedagógicos dos cursos que, por sua vez, estão articulados à legislação vigente. Além disso, atendem os referenciais de qualidade e as normas internas dos órgãos colegiados dos cursos.

As ferramentas da tecnologia de informação e comunicação, portanto, se configuram como estratégias metodológicas que, previstas nos projetos acadêmicos, atendem os princípios fundantes do ensino, pesquisa e extensão. Nessa perspectiva, consideram-se as seguintes diretrizes:

- a oferta de cursos a distância que proporcionem a emancipação intelectual, social e econômica de diferentes atores sociais;
- a inclusão social, por meio da ampliação do acesso ao saber acadêmico nas diferentes regiões brasileiras, visando à redução das desigualdades sociais, prioritariamente na região centro-oeste e no Distrito Federal, mas não se limitando a esses dois contextos;
- a promoção de atualização constante da infraestrutura para o uso eficiente e efetivo das TIC na UnB;
- a formulação de política própria para oferta de cursos a distância e inclusão das TIC nos processos de ensino e aprendizagem, que leve em conta as condições reais das unidades acadêmicas para ofertas de qualidade;
- a criação de estratégias internas para institucionalizar a gestão dos cursos a distância, tendo em vista diversos atores sociais como: tutores, coordenadores, polos de apoio presencial, docentes, equipes multidisciplinares, recursos tecnológicos;
- a criação de formas de gestão da EaD para análise e avaliação das ofertas de cursos e disciplinas a distância na UnB;
- o estímulo à pesquisa permanente sobre a utilização das TIC como

estratégias metodológicas de ensino, pesquisa e extensão que garantam ofertas com qualidade pedagógica;

- o estabelecimento de diretrizes para a submissão de cursos e disciplinas a distância em consonância com a estrutura acadêmica da UnB, levando-se em conta as especificidades da EaD e a autonomia universitária;
- o investimento na produção de materiais pedagógicos para melhoria da qualidade dos cursos que utilizam TIC.

Ainda, considerando que as TIC possibilitam a articulação entre atividades presenciais e a distância, valoriza-se:

- o desenvolvimento, pelas instâncias internas à UnB, de modelos de fomento e incentivo à integração das TIC na educação presencial e a distância, em seus diferentes níveis e modalidades;
- a criação de política de formação de docentes para o uso adequado das TIC pelas unidades acadêmicas e demais instâncias da UnB;
- a promoção de atualização constante da infraestrutura para o uso eficiente e efetivo das TIC na educação presencial e a distância;
- a difusão dos resultados das atividades pedagógicas baseadas no uso das TIC com incentivo à produção acadêmica;
- a integração entre as atividades presenciais e a distância nos diferentes níveis e modalidades de ensino por meio do planejamento adequado das ofertas;
- o compartilhamento da produção acadêmica por meio de materiais didáticos dos cursos presenciais e a distância.

5.2 Pesquisa: produção de conhecimentos

A UnB é uma instituição de educação superior com capital intelectual, material, político e cultural para aceitar o desafio de se tornar uma universidade que atenda à crescente internacionalização sem perder a inserção regional. Nela se desenvolve ciência e tecnologia, mas também cultura, formação geral, conhecimento e capacidade de entender o que ocorre no país e no mundo. Nela se constroem pontes de comunicação entre o conhecimento e a sociedade. Enfim, cosmopolita e direcionada à diversidade desde a sua criação, conquista padrão de referência, qualidade e relevância para outras instituições públicas de educação superior.

Ancorada sobre seu modo de ser ligado intimamente à sua realidade local e regional, a UnB procura, também, a geração de conhecimentos valiosos à sociedade

brasileira, em geral, e à humanidade. Parte da concepção do conhecimento alinhado com o imperativo de seus princípios e com aquilo que desvenda os obstáculos e sugere caminhos à realização de seus valores.

Na UnB, a pesquisa se relaciona à excelência acadêmica e à aplicabilidade do conhecimento, atendendo a demandas sociais, seja de políticas públicas, do setor produtivo ou de organizações sociais. Para a concretização desse objetivo, a Universidade procura estabelecer condições para apoiar e estimular a criação de novos espaços científicos, aumentando, assim, a capacidade de produção científica. Assim, em relação à pesquisa na UnB, são consideradas como diretrizes norteadoras:

- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como configuradora da oferta de oportunidades institucionais para pesquisa no contexto da formação profissional cidadã do estudante, portanto, princípio estruturante da pesquisa na graduação e na pós-graduação;
- o compromisso da Universidade com a pesquisa como norteadora da criação de propostas de fomento, de incentivo e de construção dos princípios gerais da formação de profissionais com base na pesquisa;
- a geração de novos conhecimentos e tecnologias que sirvam como recurso de ensino e de aprendizagem, assim como de aprimoramento da atitude científica indispensável à formação superior;
- a expressão de normas e valores que transcendam a transitoriedade dos mandatos e, como eixo estratégico na Universidade, esteja lastreada em um consenso social e político sobre a relevância da ciência, da tecnologia e da inovação (CT&I) para a Universidade e a sociedade;
- a formulação de política própria e a adaptação de estruturas, de modo a propiciar a formação de grupos e sistemas interdisciplinares, sempre que seja de interesse da sociedade, da instituição e dos novos campos de pesquisa;
- a orientação para os dados da realidade local, regional e nacional, sem perder de vista as generalizações, em contextos mais amplos, dos fatos descobertos e de suas interpretações;
- a incorporação efetiva da visão interdisciplinar, dando oportunidades para novos pesquisadores e novas áreas e criando redes de colaboração intra e interinstitucionais;
- a estimulação das relações interinstitucionais, nacionais e internacionais da UnB, possibilitando intercâmbios e parcerias, nos moldes da mobilidade acadêmica presente na graduação;

- a orientação para sistemas de pesquisa flexíveis que promovam a excelência científica e a interdisciplinaridade, por meio do reconhecimento da importância da pesquisa básica e da aplicada;
- a organização de agenda de pesquisas a serem feitas nos percursos formativos dos estudantes, estabelecida por meio de diálogo entre a universidade e a sociedade local, em que as pautas de pesquisa refletem a consciência, por parte dos professores e educandos, de problemas reais de seu meio ambiente natural e social, porque desenvolver o ensino com base na pesquisa significa trabalhar com a indagação e com a dúvida científica, instrumentalizando o estudante a pensar e a ter independência intelectual, que lhe possibilite a construção e a busca contínua do próprio conhecimento;
- o apoio às investigações voltadas para a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação para as relações étnico-raciais.

Por outro lado, com respeito à infraestrutura e ao fomento da pesquisa, as ações se orientam para:

- o estabelecimento de política de planejamento e de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I);
- a criação de espaços institucionais, interdisciplinares e multiusuários, formados por professores/pesquisadores, estudantes e técnico-administrativos como núcleo estruturante, visando garantir a relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais;
- a criação de espaços e mecanismos institucionais, para disseminação do saber e da produção científica produzidos na universidade, como instrumento de diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento e de estímulo à criação de parcerias internas para o desenvolvimento de pesquisa coletiva de alta qualidade;
- a criação de infraestrutura para apoiar iniciativas individuais ou associadas em rede, diante das oportunidades apresentadas pelas agências financiadoras;
- o desenvolvimento de grupos de pesquisa com verbas de agências de fomento e verbas próprias, criando um sistema de apoio à pesquisa: valorização da ciência fundamental, apoio institucional que desonere o tempo do pesquisador de tarefas administrativas e apoio diferenciado aos grupos de excelência;

- o fortalecimento da pesquisa pela valorização de professores e técnicos que participam dos projetos, pela destinação de recursos que atendam às demandas básicas desses projetos e pelo incentivo ao estudante para incluir essas atividades em sua formação acadêmica;
- o financiamento de bolsas de pesquisa (graduação e pós-graduação) especialmente para os Programas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), com definição clara das instâncias e processos, garantindo espaço para discussão da própria agenda;
- o apoio à produção científica coerente com a sua missão e com os investimentos e as políticas propostas para o seu desenvolvimento, com as necessidades sociais e com as exigências da ciência;
- a criação de mecanismos próprios e ágeis de apoio aos pesquisadores, aos recém-doutores e novos docentes;
- a contrapartida estrutural das instalações e a ampliação e qualificação do corpo técnico.

Com respeito às cooperações e à internacionalização, as ações se orientam para:

- o aumento do impacto da produção científica;
- a ampliação da política de internacionalização e de cooperação científica e tecnológica;
- o favorecimento da internacionalização da pesquisa, incentivando parcerias, convênios e mobilidade acadêmica em todos os níveis – professores, pesquisadores, estudantes de graduação e de pós-graduação;
- a ampliação da visibilidade internacional da produção científica, tecnológica e artística da UnB, mediante divulgação, em diferentes mídias e idiomas, de informações atualizadas sobre grupos de pesquisas existentes, resultados e produtos obtidos, estudos em andamento e participação de pesquisadores visitantes brasileiros e estrangeiros, valorizando a busca dos melhores talentos;
- o desenvolvimento, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação, de indicadores de avaliação de internacionalização e de acompanhamento de sistemas de avaliação externos.

Com respeito aos indicadores de pesquisa, as ações se orientam para:

- o desenvolvimento, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação, de indicadores de avaliação de desempenho acadêmico e de indicadores de pesquisa (docente e discente) que reflitam os princípios gerais propostos;
- o estabelecimento de indicadores capazes de contemplar a capacidade institucional e individual, de formação de novos pesquisadores, de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão e de produção científica, tecnológica e artística de excelência acadêmica e de relevância social;
- o estímulo à criação e à consolidação dos mecanismos de registro da produção e do desenvolvimento das atividades dos pesquisadores;
- o fortalecimento das Comissões de Ética em Pesquisa (CEP) e Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA).

5.3 Pós-graduação: *lato sensu*, *stricto sensu* e pós-doutoramento

A pós-graduação da UnB se caracteriza pela excelência no ensino e na pesquisa, preocupando-se com a inovação, a criatividade e a diversidade, sem perder de vista o seu caráter de formação continuada, em cursos *lato* e *stricto sensu*, possibilitando a ampliação da atuação de mestres e doutores nas IES e a formação de profissionais especializados, nas diversas áreas do conhecimento.

Na Universidade de Brasília, vislumbra-se o equilíbrio de investimentos entre a pesquisa básica e a aplicada, concedendo especial atenção às pesquisas que têm como foco a compreensão e as propostas de solução de problemas locais.

Nesse campo, é preciso reafirmar a relação dinâmica entre graduação e pós-graduação como um pressuposto na formulação das políticas de ensino, pesquisa e extensão dos decanatos envolvidos. Assim, a busca pela flexibilização curricular do modelo de pós-graduação permite o crescimento do sistema e possibilita a formação de profissionais com perfis diferenciados para atender a dinâmica dos setores acadêmico e não acadêmico.

Em outra perspectiva, enfatiza-se o desenvolvimento de projetos conjuntos com o ensino de graduação, fortalecendo a relação entre esses dois níveis de educação superior.

É ainda a pós-graduação um contexto privilegiado para a formação continuada docente, fator relevante para o desenvolvimento do país. Por essa razão, a participação dos discentes da pós-graduação no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da graduação, em conjunto com seus professores e desenvolvendo atividades teóricas e práticas, possibilita o preparo dos pós-graduandos para a

docência superior e especializa docentes da educação básica.

Articula-se a esse aspecto, o estímulo e a garantia do apoio institucional às ações que levem ao fortalecimento da iniciação científica e a ações de solidariedade entre pós-graduandos e graduandos no desenvolvimento de projetos de pesquisa, de atividades laboratoriais e do incentivo à constituição de grupos de discussão, como um dos pilares para a integração entre esses dois níveis de formação.

De forma similar, são incentivadas a cooperação e as parcerias internacionais em ciência e tecnologia, em todas as áreas do conhecimento, como estratégia de pesquisa e de desenvolvimento da pós-graduação e do intercâmbio de ideias e projetos. Procura-se a articulação da comunidade acadêmica, incluindo discentes e docentes, com centros da produção científica internacional de reconhecida competência, bem como a promoção da cultura de responsabilidade social, visando promover a circulação do saber como forma de encontrar soluções comuns para os problemas mundiais. Considera-se, ainda, a internacionalização da pesquisa produzida pela Universidade de Brasília, por meio de uma política consistente de publicação no exterior e ações de intercâmbio institucional.

Como fator de integração nacional, enfatizam-se ações de parceria entre a UnB e outras universidades do centro-oeste, norte e nordeste, para o desenvolvimento de programas de pós-graduação interinstitucionais e de programas de mobilidade estudantil, como forma de descentralizar a produção de conhecimento e a formação profissional. O atendimento às novas áreas do conhecimento e o investimento no intercâmbio de experiências, de grupos de pesquisa e na atuação em rede visam a diminuir os desequilíbrios regionais quanto à oferta e ao desempenho dos programas de pós-graduação.

Tais orientações buscam efetivar novas modalidades de interação entre a universidade e a sociedade, para atenuar a distância temporal entre a produção do conhecimento e a sua apropriação pública e facilitar os caminhos para que o desenvolvimento científico se torne, efetivamente, um agente de transformação social e econômica.

5.4 Extensão: conhecimento e contribuição social

A extensão universitária existe no Brasil sob duas formas que traduzem, em suma, a própria história do conceito de extensão: uma centrada na prestação de serviços, na promoção de eventos, na difusão de cultura e no repasse de tecnologias, e outra mais articulada com o processo formativo (ensino) do estudante e com a produção do conhecimento (pesquisa).

As concepções de extensão universitária no Brasil situam-se em duas vertentes históricas básicas: as universidades populares da Europa no século XIX

(aproximação com a população) e o modelo de extensão norte- americano (orientado pela proposta de prestação de serviço).

A extensão esteve voltada, também, para o fortalecimento da função social da universidade por meio da difusão da cultura, a ser conhecida pelas classes populares, e da participação nas lutas sociais, objetivando transformações da sociedade, e por meio da prestação de serviços e de cursos que visavam à conscientização das massas, despertando-as para seus direitos. Tais perspectivas, amparadas no diálogo entre saber acadêmico e conhecimento popular, estiveram presentes nas reformas universitárias latino-americanas (a exemplo de Córdoba, 1918) e nas obras de intelectuais brasileiros como Darcy Ribeiro e Paulo Freire.

Hoje, porém, entende-se que a extensão deve-se desenvolver como uma troca de saberes, como uma relação dialógica que possibilita o empoderamento mútuo da sociedade e da universidade. Dessa forma, na extensão, integram-se processos educativos, culturais e científicos que articulam ensino e pesquisa e viabilizam a relação da universidade com as demandas sociais, locais, regionais e nacionais.

Orientando-se por esta concepção, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 define, dentre suas estratégias, a integralização de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social (BRASIL, 2014).

Na UnB, a extensão universitária tem se realizado de modo a integrar as práticas extensionistas e o currículo por meio de diferentes atividades: cursos de formação profissional; estágios ou atividades que se destinem à formação pré-profissional discente; prestação de consultoria ou assistência a instituições públicas ou privadas; atendimento direto à comunidade pelos órgãos de administração, de ensino ou de pesquisa; participação em iniciativas de natureza cultural; estudo e pesquisa em termos de aspectos da realidade local ou regional; promoção de atividades artísticas e culturais; publicação de trabalhos de interesse cultural; divulgação de conhecimento e tecnologias de trabalho; estímulo à criação literária, artística, científica e tecnológica; articulação com o mundo do trabalho e sociedade em geral; compromisso da universidade com a promoção e defesa dos direitos humanos; com a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei e promoção das condições de acessibilidade às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Os limites que permitem caracterizar uma atividade de formação profissional como extensão e não como ensino ou pesquisa são tênues e carecem de contextualização. Propõe-se considerá-la e apoiá-la como práxis dialógica entre saberes (filosóficos, científicos, tradicionais e populares) que, articulada ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre universidade

e sociedade, ou seja, um trabalho interdisciplinar produtor de conhecimentos que possam contribuir para a resolução dos problemas da exclusão e da discriminação social e para democratizar a universidade, o conhecimento científico e a formação profissional. Organiza-se, portanto, como trabalho interdisciplinar que, integrando as artes e a ciência ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento social, visa à superação da dicotomia entre ciência e senso comum por meio da produção de conhecimento comprometido, não apenas com a verdade, mas fundamentalmente com o bem comum.

Dessa forma, sem distanciar-se de sua especificidade de produtora do discurso científico, a UnB se propõe a estabelecer contínuo diálogo com outras formas de leitura da realidade, tais como os saberes espontâneos, em busca de soluções para os problemas fundamentais da existência dos seres humanos.

Assim, considerando os diferentes aspectos didáticos e pedagógicos que organizam as práticas de extensão no âmbito da UnB, propõem-se as seguintes diretrizes norteadoras da ação extensionista:

- a promoção de parcerias com as diferentes organizações da sociedade, públicas e privadas, e com os grupos da sociedade civil organizada, em âmbito pedagógico e científico, mas evitando que seja orientada a atividades rentáveis com o intuito exclusivo de arrecadar recursos extraorçamentários;
- a viabilização de novos espaços dialógicos e de convivência entre esses saberes diversos que potencializam a participação ativa na construção da coesão social, do aprofundamento da democracia, da luta contra a exclusão social, a degradação ambiental e a defesa da diversidade, mas também visando à participação efetiva da sociedade na universidade;
- o estabelecimento de um papel estratégico na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do DF (RIDE), por meio da consolidação de programas e projetos de extensão nessas cidades, contribuindo para a integração das diversas iniciativas que a UnB já desenvolve no Distrito Federal e entorno;
- a priorização de questões emergentes da sociedade contemporânea, visando produzir conhecimentos que contribuam para qualificar debates importantes em nível local, regional e nacional;
- o empoderamento das comunidades internas e externas envolvidas em processos extensionistas, fazendo retornar às comunidades o resultado da atividade de extensão por meio de estratégias diversas;

- o atendimento das demandas emergentes das populações excluídas, por meio de metodologias sistêmicas e orgânicas, que direcionem a pesquisa, o ensino e a extensão para questões macro, locais e regionais;
- a potencialização da prática extensionista nos processos educativos articuladores entre a universidade e a sociedade, garantindo que estruturas curriculares incorporem programas e projetos de extensão;
- a contribuição para o intercâmbio das ações de extensão de diferentes áreas de conhecimento;
- a valorização do trabalho extensionista, inclusive para fins de ascensão profissional, nas carreiras de docentes e técnicos;
- a disponibilização de recursos para programas e projetos de extensão e a consolidação interna de linhas de pesquisa vinculadas à extensão, visando concorrer aos editais externos;
- a garantia de que o estudante de graduação e de pós-graduação tenha incluídas, em sua formação acadêmica, atividades de extensão, curriculares ou não, inclusive como parte da avaliação dos cursos, conforme regulamentação existente;
- o estímulo e o apoio à participação dos extensionistas em eventos científicos, na medida em que a extensão é concebida também como espaço de produção e de divulgação de conhecimentos científicos;
- a visibilidade, inclusive em nível nacional e internacional, das atividades de extensão realizadas na universidade;
- a realização periódica de censos integrados de ensino, pesquisa e extensão como ferramenta diagnóstica e norteadora das políticas acadêmicas;
- a produção de indicadores de avaliação, de forma articulada com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), das atividades extensionistas, a fim de monitorar e qualificar a extensão;
- a adoção de estratégias que visem à real indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- fomento a estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do país.

6. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, APOIO ACADÊMICO E COMUNITÁRIO, FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

A UnB do século XXI tem responsabilidade político-social e ética com os estudantes e a sociedade. Nesse contexto, a formação do docente universitário, bem como o desenvolvimento profissional dos servidores técnico-administrativos, assume dimensão ampla, como fator preponderante para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, em uma universidade democrática que busca desempenhar bem seu papel no futuro.

6.1 Políticas de desenvolvimento profissional

O desenvolvimento profissional vislumbrado para a UnB é aquele em que um planejamento geral se articula com características, necessidades e expectativas dos profissionais para os quais é executado. Assim, sua organização reflete contextos e diversidades de ações acadêmicas e técnico-administrativas.

Na sua dimensão de formação continuada, de maneira a garantir que a formação esteja coerente com as atividades acadêmicas e técnicas, os projetos e ações para o desenvolvimento profissional de docentes e servidores técnico-administrativos estão fundamentados nos seguintes pressupostos:

- ser um direito: o processo de formação continuada é um direito dos trabalhadores;
- ser um dever: o reconhecimento do direito dos servidores à formação continuada articula-se com o reconhecimento do dever da Universidade em assegurar esse processo;
- ser equânime: a equidade no desenvolvimento profissional significa reforçar o compromisso com a sociedade democrática, visando atender as prioridades formativas, a fim de melhorar o desempenho dos docentes. Por outro lado, aos funcionários técnico-administrativos são destinados programas de formação inicial e continuada, no sentido de ampliar as oportunidades de elevar competências para o desempenho de suas funções;
- ser diverso e valorativo do humano: a qualidade social e política é assumida no sentido de incorporar a referência transformadora que envolve o respeito, a valorização do ser humano, do profissional e do

coletivo.

A política de desenvolvimento profissional de docentes da UnB assenta-se na:

- melhoria contínua da qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
- contínua profissionalização e fortalecimento da identidade docente na educação superior;
- assessoria aos processos de criação e estruturação de cursos, reestruturação e alteração de PPP;
- assessoria à inovação pedagógica e curricular;
- orientação quanto ao uso das tecnologias de informação e comunicação aplicadas aos processos de ensino e de aprendizagem presenciais e a distância;
- capacitação para a orientação acadêmica;
- formação em línguas estrangeiras;
- ambientação acadêmica de novos docentes;
- capacitação para o fortalecimento de práticas inclusivas e de acessibilidade.

Compreende-se que a qualidade de projetos de desenvolvimento profissional passa a ser refletida nos resultados da avaliação de desempenho de professores e na continuada melhora da qualidade do trabalho de servidores técnico-administrativos. Em uma perspectiva formativa, as ações propostas nos programas de desenvolvimento profissional contemplam:

- programas de formação de gestores para os servidores, docentes e técnico-administrativos, em cargo/função relacionada à gestão pedagógico-acadêmica da instituição;
- profissionalização por meio de programas para a formação institucional inicial, correspondente ao conjunto de informações sobre a instituição necessárias aos novos servidores (docentes e servidores), que se constitui em um conjunto de conhecimentos comuns a todas as carreiras, e outro conjunto de conhecimentos específicos para cada uma das carreiras (docente e de funcionário técnico-administrativo);
- programas permanentes de formação continuada, definidos a partir das necessidades/demandas dos servidores docentes e técnico-administrativos.

6.2 Políticas de apoio acadêmico e comunitário

As políticas de apoio acadêmico têm por base o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, instituído pelo Decreto n. 7.234/2010. Ainda que seja nomeado como “assistência”, considera-se que sua natureza seja de atendimento, e, assim, os programas de atendimento estudantil oferecidos têm o objetivo de responder às demandas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, além de acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Os Programas de Atendimento Estudantil são destinados aos estudantes regularmente matriculados em disciplinas de cursos presenciais, após análise de sua condição socioeconômica.

A política de acolhimento integrado aos discentes da UnB tem como princípios:

- a promoção da autonomia dos estudantes no que diz respeito ao seu processo de aprendizagem e ao seu processo de efetiva integração à vida universitária;
- a integração das estruturas de apoio acadêmico, psicopedagógico e social ao estudante;
- o desenvolvimento de metodologias de ensino-aprendizagem e recursos didático-pedagógicos apoiados em tecnologias de informação e comunicação;
- o fortalecimento dos processos de avaliação institucional (interna e externa).

A partir desses, considera-se, por exemplo, o desenvolvimento de programas de suporte para a aquisição de materiais pedagógicos, programas para auxiliar as mães-estudantes, a manutenção da Casa do Estudante Universitário e a ampliação do atendimento de atenção à saúde do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A UnB vem consolidando o seu papel de instituição socialmente responsável ao longo dos anos. A reestruturação universitária contribuiu para a ampliação de ações que refletem o compromisso social da instituição, sobretudo no que diz respeito aos seguintes fatores de inclusão social: promoção da educação, inserção no mercado de trabalho, apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e proteção do meio ambiente ao patrimônio e à memória cultural da instituição.

Em relação à viabilização de igualdade de oportunidades para que os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam concluir seus cursos em condições semelhantes aos demais, é preciso considerar o aumento da demanda de serviços devido ao processo de expansão da Universidade. Assim, desde

2012, houve a implantação de novas bolsas de permanência, a ampliação da moradia estudantil e a criação de outros projetos vinculados ao desenvolvimento social. Esporte, arte e cultura são estratégias para essa finalidade, por meio de oferta de oficinas artísticas e culturais, desenvolvimento de ações sociais, ambientais, educativas, difusão das vias esportivas na universidade, inclusão de novos centros acadêmicos e implementação da Bolsa Atleta. Para além da formação tradicional em salas de aula, os estudantes experienciam, ao participar das empresas juniores, vivências mais realistas com o mercado de trabalho, sendo estimulados a desenvolver competências não previstas nos conteúdos programáticos dos cursos.

6.3 Formação de docentes para Educação Básica

Em articulação aos seus princípios fundantes e aos princípios institucionais, a Universidade de Brasília mantém seu compromisso com a formação docente inicial e continuada no conjunto de sua orientação para o desenvolvimento humano e sustentável. Sob a égide de Anísio Teixeira, mentor de nosso projeto original de 1962, ressaltam-se aspectos como a integração com as redes de educação básica, bem como a articulação entre as licenciaturas, a pesquisa e a extensão. Como expansão dessa articulação original, pretende-se desenvolver programas em que se articulem diferentes momentos de formação docente em tempos-espacos favorecedores de vivências que impactem a constituição docente, na singularidade dos momentos de vida de cada participante.

Face à nova normatização definida pela Portaria CAPES nº 158, de 10 de agosto de 2017, tais questões assumem centralidade e, desta forma, pretende-se, de imediato, a consolidação/expansão de instância organizacional – Coordenação de Integração das Licenciaturas –, que efetivamente integre a política da formação de professores em nossa instituição, em consonância com a referida portaria.

7. AVALIAÇÃO E INDICADORES

7.1 Breve história da avaliação na UnB

Na UnB, a criação da Comissão de Avaliação Institucional (CAI), em setembro de 1986, ocorreu com o objetivo de elaborar e testar uma proposta de metodologia de avaliação institucional para a Instituição. A metodologia desenvolvida pela CAI foi aprovada pelo CEPE no primeiro semestre de 1987 e tinha por objetivo “a necessidade de se atingir uma autoconsciência institucional e fornecer subsídios confiáveis para a tomada de decisão” (UnB, 1987, p. 16). A proposta se caracterizava por uma combinação de autoavaliação com avaliação externa, pela utilização de diversas fontes de informação, por avaliadores para cada dimensão em foco e pela observação continuada.

Em 1992, por decisão do CEPE, foi planejada a avaliação global do ensino de graduação, tanto na ótica interna (por professores e estudantes) quanto a partir de uma perspectiva externa (por consultores/avaliadores externos à UnB).

Em 1994, a UnB submeteu ao PAIUB um projeto de avaliação institucional com uma abordagem embasada no modelo Contexto-Insumo-Processos-Produtos (CIPP). O modelo seguia basicamente dois grandes enfoques de avaliação, apresentados na literatura especializada. O primeiro tomava por base o processo de tomada de decisões e o segundo se fundamentava nas clássicas abordagens de sistemas. Essa proposta compreendia a realização de avaliação externa, autoavaliação e a pesquisa de egressos (UnB, 2005).

Após alguns anos sem iniciativas globais de avaliação, a UnB constituiu, por meio da Resolução da Reitoria n. 024/2002, a Comissão Interna de Avaliação Institucional, com o objetivo de apresentar um projeto de avaliação institucional. O projeto foi elaborado enfocando três eixos básicos: avaliação geral, com o objetivo de traçar visão abrangente da Instituição; avaliação específica do ensino de graduação; e pesquisa de egressos.

A partir de 2006, a UnB passou a elaborar seus relatórios anuais de avaliação institucional dentro dos padrões exigidos pelo SINAES, com base em informações existentes na instituição. A principal ferramenta de avaliação da graduação utilizada pela UnB é a avaliação discente. A partir de 2012, os estudantes de graduação da Universidade de Brasília tiveram a oportunidade de avaliar as disciplinas cursadas, os professores, o apoio institucional e o próprio desempenho em um formulário on-line.

7.2 Avaliação: princípios e diretrizes

A importância do tema avaliação em uma instituição como a UnB extrapola o simples levantamento e sistematização de informações que, se não imbuídas de um significado real e humano, tendem a se tornar inúteis e obsoletas. Essa comunidade, representada por seus diversos atores, anseia muito mais. Deseja, antes de tudo, representar a diversidade de pensamentos que a compõe, vocação assumida desde quando concebida no mundo genial das ideias de seus preceptores. Para o aprimoramento de seus diversos aspectos, torna-se imprescindível o conhecimento de suas potencialidades e limites, assim como o empenho na superação desses limites e a inserção em um contexto de responsabilidade social. Antes de tudo, avaliar deve representar um caminho para indagação, transformação e correção de rumos.

Articulando efetivamente ensino, pesquisa e extensão, a universidade quer, antes de tudo, conhecer seus integrantes, discutir temas como a acessibilidade, perfil dos ingressantes e políticas de valorização do egresso, assim como os diferentes aspectos de sua qualificação técnica e profissional, jamais dissociada de sua capacidade de ação.

Consciente da importância do processo de autoavaliação institucional, a Universidade de Brasília, instituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA) com atribuição de coordenar os processos internos de avaliação da instituição, sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em cumprimento ao disposto no art. 11 da lei de criação do SINAES (Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004).

A avaliação tem caráter formativo-investigativo e se fundamenta em princípios éticos, democráticos, autônomos e coletivos (DIAS SOBRINHO, 2006). Assim, no processo de autoavaliação da universidade, pretende-se, além de estabelecer programas de formação continuada, valorizar aspectos de interdisciplinaridade e transversalidade na integração das estruturas curriculares. Ainda, em consonância com os princípios da avaliação propostos no SINAES, pretende-se buscar a integração da avaliação interna com a externa, reconhecendo como imprescindível a oitiva da comunidade e da sociedade a que serve essa Instituição nesse processo de avaliação.

À cultura própria da avaliação incorpora-se, cada vez mais, o reconhecimento de que há diferentes discursos e práticas pedagógicas, sem perder de vista os princípios da indissociabilidade entre teoria e prática e da interdisciplinaridade, que devem permear a aquisição e a aplicação dos conhecimentos. Tais aspectos se refletem nas estruturas curriculares dos cursos, possibilitando o engajamento dos estudantes na busca de soluções para as questões sociais. A construção da cidadania

dos sujeitos envolvidos no contexto universitário é encarada como um trunfo e abriga, além de conhecimentos técnicos, valores voltados para o tratamento ético, o respeito ao meio ambiente. Assim, espera-se que cidadãos formados nos cursos oferecidos pela UnB se mostrem conscientes das implicações sociais de suas ações, atuando de modo diferenciado para o desenvolvimento científico, tecnológico e humano e, assim, contribuam para a construção de uma sociedade cada vez mais justa.

Na busca de uma avaliação articulada em suas dimensões interna e externa pretende-se, a partir das informações obtidas, organizar dados e promover a análise crítica e a discussão desses dados, o que deve ocorrer nas mais diversas instâncias do meio acadêmico e nas instâncias externas a ele. As dimensões a serem avaliadas são definidas segundo a concepção e a regulamentação do SINAES e a reflexão interna da universidade sobre seus processos avaliativos. Os princípios, diretrizes e algumas das características fundantes da avaliação na Universidade de Brasília são apresentados a seguir:

- respeito à identidade, à missão e à história de pessoas e da instituição;
- autoconhecimento, propiciando o reconhecimento e a superação de limitações;
- avaliação formativa e não punitiva, valorizando não somente o resultado, mas também o processo;
- coexistência de processos de avaliação internos e externos complementares;
- adoção de metas e indicadores quantitativos e qualitativos no processo avaliativo;
- autonomia no processo avaliativo, reconhecendo as necessidades informacionais e de acompanhamento previstas em legislação e normas e também aquelas específicas da Universidade;
- responsabilidade social com a qualidade da educação superior fundamentada em valores éticos;
- comprometimento com o exercício da cidadania para a construção de uma sociedade justa, solidária e ambientalmente sustentável;
- reconhecimento e valorização da complexidade institucional e da diversidade e multiplicidade de seus atores;
- transparência e publicização do processo avaliativo, de seus resultados e das ações deles decorrentes;
- processo avaliativo reflexivo, constantemente aperfeiçoado, dinâmico, periódico e contínuo;

- comprometimento com as necessidades sociais e o desenvolvimento pleno do ser humano;
- indissociabilidade dos aspectos teóricos e práticos, quantitativos e qualitativos;
- avaliação participativa e multidimensional dos diversos cenários da vida acadêmica, considerando as responsabilidades diferenciadas de seus atores;
- avaliação integrada de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária, possibilitando a identificação de processos sinérgicos;
- reconhecimento da complexidade do ensino superior e da diversidade de práticas pedagógicas.

A operacionalização dos processos avaliativos requer a adoção de indicadores adequados e em sintonia com os princípios e diretrizes dos itens descritos. Podem ser identificadas características desejáveis desses indicadores: disponibilidade informacional, facilidade de acesso, facilidade de utilização, objetividade, compatibilidade intra e inter-sistemas, permanência, viabilidade de obtenção de dados. Considera-se, ainda, como propriedades relevantes: validade, confiabilidade, simplicidade, sensibilidade, desagregabilidade, estabilidade, mensurabilidade e auditabilidade.

Alguns dos indicadores institucionais relevantes para a avaliação de ensino, pesquisa, extensão e gestão, comprometidos com a qualidade e democratização do ensino, podem ser apontados: número de vagas ofertadas, estruturas curriculares, número de estudantes, número de professores, número de servidores técnico-administrativos, evasão e acessibilidade.

Ressalta-se que essa relação de indicadores não se pretende exaustiva, dado o dinamismo do processo avaliativo e a necessidade de seu constante aperfeiçoamento, pois a visão ampla de avaliação deve considerar os diferentes espaços, tempos e atores, incluindo outros indicadores e categorias que contribuem para as aprendizagens.

8. GESTÃO UNIVERSITÁRIA

A gestão universitária tem como base os princípios definidos no Estatuto da UnB, estruturando-se em um conjunto de órgãos deliberativos e executivos, unidades acadêmicas, centros e núcleos de estudos e pesquisa.

8.1 Organização e estrutura administrativa

A estrutura administrativa da Universidade de Brasília é subdividida em órgãos deliberativos e executivos. Ambos obedecem aos mesmos princípios em seu funcionamento, em todas as instâncias nas quais estão subdivididos e nas atividades que desempenham. Os órgãos deliberativos são os colegiados. Os órgãos executivos são as chefias departamentais, as direções de unidades acadêmicas, as prefeituras dos *campi*, os cargos de decanos(as), de vice-reitor(a) e de reitor(a). Os princípios que norteiam as ações e atividades dos órgãos deliberativos e executivos, em sua estrutura e seu funcionamento e em sua organização e gestão, são os seguintes.

- descentralização: a estrutura administrativa, política, pedagógica e orçamentária da Universidade de Brasília é descentralizada em todas as instâncias, órgãos, ações e atividades.
- transparência: a transparência dos atos administrativos é princípio da organização da gestão democrática. A transparência é estabelecida por critérios impessoais e previamente definidos de forma coletiva. Transparência é o livre acesso da comunidade universitária e da sociedade à informação e aos procedimentos políticos, pedagógicos, administrativos e orçamentários internos da Universidade. Com amplo conhecimento e ampla divulgação dos critérios de decisão políticos, pedagógicos, administrativos e orçamentários, a transparência na gestão da instituição ocorre antes e durante os procedimentos.
- legitimidade: a fonte da legitimidade das ações administrativas e orçamentárias internas da universidade calca-se nas decisões colegiadas e no mecanismo da representação dos três segmentos da comunidade universitária: docentes, discentes e técnicos e, quando couber, a representação da sociedade.
- legalidade: a estrutura, o funcionamento, as ações e as atividades dos órgãos deliberativos e executivos observam: os dispositivos constitucionais da República Federativa do Brasil; os dispositivos legais nacionais e internacionais gerais e específicos à área de atuação; os

dispositivos estatutários, regimentais e normativos da Universidade de Brasília.

- **impessoalidade:** os órgãos deliberativos e executivos, em sua estrutura e funcionamento, bem como em todas as instâncias, ações e atividades, atendem à missão, aos fins e aos objetivos da Universidade.
- **publicização:** os órgãos deliberativos e executivos dão publicidade aos seus atos e atividades por todos os meios disponíveis. Os atos e atividades dos órgãos deliberativos e executivos são tornados públicos para a comunidade universitária, para o Estado e para a sociedade. A publicização das ações deliberativas e executivas implica a prestação de contas do proceder administrativo. As instâncias colegiadas se organizam para tornar pública a prestação de contas à comunidade universitária e à sociedade por todos os meios disponíveis.
- **probidade:** a probidade administrativa advém da observância aos seis princípios anteriores. Os órgãos deliberativos e executivos em sua estrutura, funcionamento, organização, gestão, ações e atividades, de qualquer natureza, desenvolvidos se organizam com probidade.

As ações administrativas que não observam os princípios da descentralização, transparência, legitimidade, legalidade, impessoalidade e publicização são consideradas nulas, tornando-se inválidas pelas instâncias colegiadas e executivas. A improbidade administrativa, quando comprovada, implica a perda do mandato eletivo representativo e executivo e também dos cargos representativos e executivos de indicação e/ou de aclamação e/ou de nomeação.

Além dos princípios norteadores de gestão democrática e participativa, os direitos humanos devem ser incorporados à cultura institucional e na sua organização, bem como o modo de mediação dos conflitos, na forma de lidar e reparar processos de violações por meio de ouvidorias, comissões, conselhos, comitês e fóruns de direitos humanos e políticas públicas. É importante fortalecer o compromisso com a consolidação de uma gestão democrática e de cultura de direitos. A Universidade contribui “para o bem-estar de todos e a afirmação de suas condições de sujeitos de direitos” (CNE, 2011, p. 26). Assim, todos os esforços e relações que têm lugar na universidade devem se orientar pelos princípios da educação em direitos humanos e se desenvolvem por meio de processos e procedimentos democráticos, participativos e transparentes. Além disso, requerem a tomada de decisão da comunidade acadêmica como um todo, bem como o fortalecimento da autonomia universitária na proposição de seus documentos e procedimentos éticos e estratégias de gestão.

Diante da conjuntura socioeconômica das universidades federais, torna-se

relevante uma reflexão sobre o desenvolvimento sustentável e os modelos de indicadores de sustentabilidade, considerando-se a necessidade urgente de mudança comportamental da sociedade e de paradigma quanto à visão econômica, social e ecológica.

8.2 Modelo de gestão universitária

O modelo de gestão da Universidade de Brasília, em todas as instâncias, órgãos e unidades, é a gestão democrática. A gestão democrática é colegiada e descentralizada. Os colegiados, órgãos deliberativos da gestão democrática, apresentam a seguinte composição: membros natos; membros representantes; membros consultivos; membros assistentes.

Um modelo de gestão constitui um fluxo de processos que define como as decisões são tomadas e executadas. Um fluxo de processos democráticos deve desenvolver estratégias básicas para o alcance da excelência, quais sejam:

- fortalecimento da estrutura da universidade, como uma ação fortemente institucionalizada, relacionada ao poder de decisão governamental;
- formação de uma equipe de excelência, com competência, conhecimento e vivência da realidade atual, em que o capital humano é o principal fator de diferenciação na geração do conhecimento e no desenvolvimento de processos de inovação;
- estabelecimento de um processo de planejamento estratégico que privilegie ações globais, coletivas e inovadoras;
- implantação de um sistema de informação relacionado aos níveis hierárquicos da universidade, correspondendo a cada nível um tipo de subsistema: sistema estratégico, sistemas táticos, sistema de apoio à tomada de decisão, sistemas especialistas e sistemas operacionais, a partir de três vetores: conteúdo, conectividade e comunicação;
- estabelecimento de uma política de investimentos, com recursos orçamentários e não orçamentários que garantam o alcance dos objetivos traçados.

Cabe destacar, finalmente, que a gestão da universidade está associada à autonomia e à colegialidade como alicerces da cultura institucional. A autonomia e a colegialidade constituem-se, portanto, em elementos essenciais de identidade universitária.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade tem um importante papel na educação e na formação ética e política dos profissionais que ela forma para atuar na sociedade. Não se trata apenas de uma educação capaz de criticar ideologias conservadoras. É muito mais do que isso. É uma educação superior calcada nos princípios da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, expressos no art. 207 da Constituição Brasileira, elementos constitutivos de um parâmetro de qualidade em um Projeto Político-Pedagógico Institucional, que reflete interesses da UnB a partir da participação da sua coletividade.

A autonomia está intrinsecamente associada à universidade. Porém, a efetivação da autonomia universitária implica a participação dos segmentos que integram a comunidade acadêmica, assim como de outros segmentos da sociedade por meio de conselhos consultivos. Nesse contexto, há necessidade de coletivizar e aprimorar processos de tomada de decisão e da avaliação, em consonância com o Documento de Referência da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2014, p. 18):

É preciso garantir condições para que as políticas educacionais concebidas e implementadas de forma articulada entre os sistemas de ensino, promovam formação integral, por meio da garantia da universalização, da expansão e da democratização, com qualidade, da educação básica e superior; consolidação da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica; educação inclusiva, reconhecimento e valorização da diversidade; avaliação educacional emancipatória; definição de parâmetros e diretrizes para a valorização dos/as profissionais da educação; gestão democrática.

Este projeto defende um modelo de sociedade e uma proposta de universidade que seja instrumento de inclusão social como um todo, a serviço do desenvolvimento, da igualdade e da justiça social. O desafio que está colocado para todos nós é, justamente, lutar pela concretização de um novo Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília, resultado de um trabalho coletivo da comunidade acadêmica, que sinaliza novos horizontes para a Instituição e fortalece seus princípios instituidores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 3998, de 15 de dezembro de 1961. Autoriza o poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1961.

_____. Lei n. 8.618, de 4 de janeiro de 1993. Autorização do Congresso Nacional para contratar novos docentes.

_____. Lei n. 9.131, em 1995, foi instituído o Exame Nacional dos Cursos (ENC).

_____. Decreto n. 2.026, de 10 de outubro de 1996, que trata dos procedimentos de avaliação dos cursos de graduação e das instituições de ensino superior.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei n. 10.861, de 14 de abril 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 abr. 2004b.

_____. Decreto n. 7.234/2010, de 19 de julho de 2010, que cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

_____. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que implantou a política de reserva de vagas, nas instituições federais de educação superior, para estudantes oriundos de escolas públicas de ensino médio.

_____. Decreto n. 6096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, DF, 24 de abril de 2007.

_____. Medida Provisória n. 1.018, de 8/06/1995, implantou o Exame Nacional de Cursos (ENC).

_____. Avaliação das Universidades Brasileiras: uma proposta nacional, 1993.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Texto orientador para elaboração das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos. Texto para ser discutido nas audiências públicas de Educação em Direitos Humanos. Brasília/DF: CNE, 2011.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/2004, homologação publicada no DOU 19/05/2004, Seção 1, p. 19. Resolução CNE/CP 1/2004, publicada no DOU 22/06/2004, Seção 1, p. 11.

_____. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012. Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental 2012. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866 >.
Acesso em: 31/10/2017.

CONAE 2014: Conferência Nacional de Educação: documento – referência, elaborado pelo Fórum Nacional de Educação. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, [2013]. 96 p.

CRUZ, F. M. **Desarrollo profesional docente**. Granada: Grupo Editorial Universitario, 1996.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação na Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da Educação Superior: elementos para análise e proposta. In: MALAUAZI, M. M. S; BERTAGNA, R. H; FREITAS, L. C. de (Org.) **Avaliação, desafio de novos tempos**. Campinas: Komedi, 2006. v. 1.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (FORGRAD). Textos das oficinas do Forgrad. Curitiba: XIV Fórum Nacional, 2001.

Freire, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Ibañez, Antonio. **Revista Humanidades**, n. 43, Brasília: EDU-UnB, 1997.

MADEIRA, A. **Revista Humanidades**, n. 56, dezembro de 2009.

PINTO, A. G. de T. (Org.). **Os cursos noturnos de licenciatura: um projeto acadêmico orgânico para a universidade de Brasília**. Brasília: novembro de 1993.

RAMALHO, B. L.; NUÑEZ, I. B.; GAUTHIER, C. **Formar o professor, profissionalizar o ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

RAMALHO, B. L.; NUNES, I. B. A docência universitária face à democratização do acesso e da inclusão social: desafios para a formação, o ensino e a aprendizagem no âmbito da universidade pública. In: DIAS, A. M. I; RAMALHO, B. L; VEIGA, I. P. A; FERNANDES, Z. B. (Org.). **Desenvolvimento Profissional Docente na Educação Superior: Entre escolas e sentidos**. Fortaleza/CE: Edições UFC, 2009.

REZENDE, S. 58ª Reunião Anual da SBPC - Política de C&T, 2006, **Cadernos SBPC**, n. 20.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Parte II, 2005. p. 54-113.

SEVERINO, A. J. **Revista Humanidades**, n. 43, s/data. p. 1271.

UnB. **Plano Orientador da Universidade de Brasília**, 1962.

UnB. Relatório de Lúcio Costa para o Plano Piloto de Brasília. In: **Plano Orientador da Universidade de Brasília**, 1962. s/p.

UnB. Resolução 027/1987 do Conselho Universitário (CONSUNI).

UnB. Memorando/circular/DEG n. 003/88, que contém, além das considerações de encaminhamento do reitor Prof. Cristovam Buarque e da decana Prof.^a Paulina Targino, a **“Proposta para Reestruturação do Ensino de Graduação na Universidade de Brasília”**, feita pelo então CADE-DEG, e a Resolução do CONSUNI 027/87.

UnB. **A UnB Rumo aos 50 Anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social**. Carta de intenções para que a UnB ingressasse no Reuni.

UnB, 1987. Comissão de Avaliação Institucional (CAI), em setembro de 1986

UnB. **Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília, 2008-2012**. 2008. 117p. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

VEIGA. Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica e Educação Superior - Projeto Político Pedagógico**, Campinas, SP: Papyrus, 2004.

ZANDEVALLI, Carla Busato. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 385-438, July 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772009000200008>.